

RENILDO NUNES

**AUTO-ESTIMA DO ÁRBITRO DE FUTEBOL
PROFISSIONAL DE SANTA CATARINA**

**Florianópolis - SC
2002**

**AUTO-ESTIMA DO ÁRBITRO DE FUTEBOL PROFISSIONAL DE
SANTA CATARINA.**

por

R e n i l d o N u n e s

**Dissertação Apresentada ao Programa de Mestrado em Educação Física
da Universidade Federal de Santa Catarina,
como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre.**

Florianópolis - SC - Brasil
Fevereiro de 2002

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE DESPORTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

A Dissertação: Auto-estima do Árbitro de Futebol Profissional do Estado de Santa Catarina.

Elaborada por: Renildo Nunes

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pelo Programa de Pós Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do Título de

MESTRE EM EDUCAÇÃO FÍSICA
Área de concentração
Teoria e Prática Pedagógica

Em 22 de fevereiro de 2002

Prof. Dr. Juarez Vieira do Nascimento
Coordenador do Mestrado em Educação Física

Banca Examinadora

Prof. Dr. Viktor Shigunov (Orientador)

Prof. Dr. Elenor Kunz (Membro)

Prof. Dr. Sebastião Iberes Lopes Melo (Membro)

Prof. Dr. Giovani de Lorenzi Pires (Suplente)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a ***Deus***, que iluminou a minha vida.

AGRADECIMENTOS...

Os agradecimentos realmente se constituem em fazer jus àqueles que acompanharam o desenvolvimento e a construção para que chegássemos a essa etapa final. Muitos foram os responsáveis para que isso acontecesse, entre eles:

À UDESC, representada por todos amigos do CEFID, que sempre me apoiaram em todos os momentos desta caminhada.

À Federação Catarinense de Futebol, na pessoa de seu Presidente Delfim de Pádua Peixoto Filho.

Aos professores da UFSC, pelo apoio incondicional, em especial, ao meu orientador e amigo Viktor Shigunov, que teve muita paciência no início deste trabalho.

Ao meu irmão Kunz, pelas discussões acaloradas em prol de uma visão mais abrangente sobre a arbitragem e principalmente, sobre a vida.

Aos árbitros do Estado de Santa Catarina e do Brasil, razão máxima deste trabalho.

Meus Avós, que mais, que ensinar, me mostraram com suas atitudes o caminho para o crescimento espiritual, sempre com muito amor e carinho.

AUTO-ESTIMA DO ÁRBITRO DE FUTEBOL PROFISSIONAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Mestrando: Renildo Nunes

Orientador: Prof: Dr. Viktor Shigunov

RESUMO

Esta pesquisa teve o objetivo de apresentar uma análise sobre a temática da auto-estima e percepção de competência para a função de árbitro de futebol profissional, acompanhado de uma avaliação empírica das mesmas categorias, nos quadros de árbitros e árbitros assistentes de futebol profissional no Estado de Santa Catarina. Os sujeitos analisados foram 26 (vinte e seis) árbitros que constavam da lista da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), que trabalharam durante o campeonato Brasileiro de 2001. Foram utilizados dois questionários, com perguntas fechadas que tratavam sobre a auto-estima e a percepção de competência inerentes ao árbitro de futebol. As respostas demonstraram, que os árbitros e árbitros assistentes, apresentam uma auto-estima elevada, apesar da pouca ou nenhuma formação psicológica no exercício desta atividade e até em cursos de arbitragem. Demonstrou-se que a auto-estima elevada é condição básica e imprescindível para atuar na arbitragem brasileira. Percebeu-se que a percepção de competência na função de árbitro se mostrou muito elevada, em todas as dimensões, exceto na preparação psicológica, demonstrando um despreparo importante não só na figura técnica, mas principalmente na construção do eu, para que o árbitro ou árbitro assistente possa ter a autoridade respeitada pelo seu conhecimento, pela sua competência argumentativa e não somente pelo espaço ou poder temporário que ele assume no jogo.

Palavras Chaves: Futebol, arbitragem, auto-estima, competência.

SELF-STEEM OF THE ARBITRATOR OF PROFESSIONAL SOCCER OF THE STATE OF SANTA CATARINA.

Author: Renildo Nunes

Adviser: Prof. Dr. Viktor Shigunov

ABSTRACT

This research had the objective to present an analysis about the self-esteem and perception of competence thematic concerning the soccer referee position, together with a empiric evaluation of the same categories, applied on the board of referees and assistant referees of the professional soccer in Santa Catarina. Twenty six subjects, all of them part of the board of CBF (Confederação Brasileira de Futebol), which worked during the 2001 season of Campeonato Brasileiro were evaluated during the research. Two questionnaires were used in the evaluation, containing closed questions about the self-esteem and perception of competence concerning the soccer referee. The answers showed that both referees and assistant referees present a high self-esteem, despite the little knowledge about the sports psychology area. It was showed that a high self-esteem is necessary to act as a Brazilian soccer referee. The perception of competence concerning the referee position was also very high in all dimensions, except for the psychological conditioning, showing a important lack of preparation not only in the technical figure, but mainly in the construction process of oneself, so both the referees and assistant referees can be respected by their knowledge and competence, not only by the temporal power assumed during the game.

Key words: Soccer, self-esteem, competence, arbitration.

ÍNDICE

	Página
LISTA DE ANEXOS.....	ix
LISTA DE TABELAS.....	x
LISTA DE FIGURAS.....	xi
LISTA DE QUADROS.....	xii
LISTA DE GRÁFICOS.....	xiii
Capítulo	
I. O PROBLEMA.....	1
Introdução	
Justificativa	
Objetivo geral	
Objetivos específicos	
Delimitação do estudo	
Definição de termos e abreviações	
II. REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
História da arbitragem	
O campo de jogo	
A bola	
Número de jogadores	
Equipamento de jogadores	
O árbitro	
Árbitros assistentes	
Duração da partida	
O início e o reinício do jogo	
Bola em jogo ou fora de jogo	
O gol	
O impedimento	
Faltas e conduta antidesportiva	
Tiros livres	
Pênalti	
Arremesso lateral	
Tiro de meta	
Tiro de canto	
Arbitragem brasileira de futebol na figura do árbitro	
Auto-estima	
Segurança	
Autoconceito	
Integração	

Motivação
Competência

III. METODOLOGIA.....	57
Caracterização da pesquisa	
Sujeitos do estudo	
Instrumentos de medida	
Coleta de dados	
Tratamento estatístico	
IV. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	63
Identificação e avaliação do grau de auto-estima dos árbitros de futebol	
Identificação e avaliação do grau de percepção de competência dos árbitros de futebol	
Comparação do grau de auto-estima entre o quadro de árbitros e o de árbitros assistentes	
Associação entre auto-estima e o tempo de prática de arbitragem	
Grau de percepção de competência entre o quadro de árbitros e o de árbitros assistentes	
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	85
BIBLIOGRAFIA SUPLEMENTAR.....	87
ANEXOS.....	89

LISTA DE ANEXOS

Anexo	Página
1. Questionário de percepção de competência.....	91
2. Instrumento de Rosenberg.....	95
3. Tabulação de Competência Genérica.....	98
4. Tabulação numérica de auto-estima.....	100
5. Quadro Genérico / Auto-estima.....	102
6. Tabulação / competência numérico.....	104
7. Tabulação / competência genérico.....	106

LISTA DE TABELAS

Tabela	Página
1. Classificação do grau numérico com graus genéricos de auto-estima.....	59
2. Classificação do grau numérico com graus genéricos na percepção de competência.....	61

LISTA DE FIGURAS

Figura	Página
1. A auto-estima e seus componentes.....	42

LISTA DE QUADROS

Quadro	Página
1. Caracterização dos árbitros.....	63
2. Caracterização dos árbitros assistentes.....	64
3. Auto-estima e percepção de competência dos árbitros.....	65
4. Auto-estima e percepção de competência dos árbitros assistentes.....	71
5. Associação / auto-estima/ tempo de prática.....	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico	Página
1. Identificação da percepção de competência no quadro de árbitros.....	67
2. Identificação do grau de auto-estima e percepção de competência no quadro de árbitros.....	70
3. Comparação de percepção de competência entre árbitros e assistentes.....	73
4. Associação entre o nível de auto-estima e tempo de prática de arbitragem.....	78

CAPÍTULO I

O problema

1.1. Introdução

O esporte de alto rendimento tem alcançado no Brasil, como no mundo inteiro, uma evolução muito grande em termos da melhoria das capacidades físicas/técnicas dos praticantes e, conseqüentemente, melhoria da capacidade psicossocial humana. Muitas instâncias vêm contribuindo para que se atinjam estas melhorias, em especial as ciências do esporte e o desenvolvimento tecnológico.

As ciências do esporte contribuem com pesquisas, com experimentos que permitem, entre outros, investigar e explorar ao máximo as potencialidades, as capacidades do rendimento esportivo do ser humano e o desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas ao treinamento desportivo, como por exemplo o uso da automação no estudo do gesto, da técnica dos movimentos.

Neste binômio ciência e tecnologia, estão os meios de comunicação que se tornam um veículo inevitável na propagação destes esportes performáticos, espetacularizados, tornando-os uma das mercadorias mais valorizadas, mais bem pagas no mundo.

Os interesses no esporte atualmente se dividem, portanto, nesta tensa relação entre a estética da imagem e da paixão pela competição de um lado, e do outro o comércio, a venda deste produto para um público cada vez maior. Apesar de

existirem enormes diferenças entre uma modalidade esportiva e outra, tanto na valorização comercial como no alcance de resultados expressivos, o fato é que os esportes competitivos reúnem as necessárias condições para sua comercialização, portanto, valorização pelo público e, conseqüentemente, também, pela mídia. Pelo menos entre nós, no Brasil, isto se expressa claramente pelo futebol.

Lima (1982, p.01) afirma:

Não há competição desportiva oficial que dispense uma equipe de arbitragem. É ela que faz respeitar as regras do jogo, é ela que oficializa os resultados. Colocados acima dos competidores, os árbitros apresentam-se sozinhos perante todos os outros intervenientes do ato desportivo e são freqüentes alvo do fogo cruzado de críticas, denúncias, vexames e até agressões físicas que não dignificam a prática desportiva.

Quando as pessoas vão assistir a um jogo de futebol, elas não imaginam o que é ser árbitro e nem o que ele representa, os seus conhecimentos, as pressões e o clima que o cerca.

O árbitro de futebol é, em primeiro lugar, um sujeito que pode se tornar oprimido por um sistema esportivo que atua de forma tremendamente injusta com o mesmo.

A intervenção do árbitro é vista e sentida, tornando-se alvo direto de protestos, correndo o risco de ser agredido pelos que o cercam no jogo, e sair de campo escoltado pela polícia. Tais situações ocorrem principalmente em virtude de problemas educacionais, sociais, econômicos e culturais, vividos pelas pessoas ali presentes, além, é claro, da influência exercida pela mídia.

Na era da informática aplicada à televisão (*Replay*, Câmera Lenta, Tira Teima, *slow motion*, entre outros recursos), quando as distâncias encurtam-se, em que o futebol é mostrado com detalhes, com ângulos dos lances, jogadas, repetições, os agentes da TV tem a seu dispor várias câmaras, portanto, vários "olhares eletrônicos"

e múltiplas formas e ângulos para "ver" a mesma coisa que o árbitro, os jogadores e o público. Fica evidente que estes agentes são favorecidos em seu "olhar" o jogo, o que deveria, então, implicar num auxílio para quem tem a responsabilidade de quem precisa olhar o jogo para conduzi-lo de acordo com as leis do jogo: o árbitro da partida. Nem sempre isto ocorre. Na maior

ia das vezes o "olhar eletrônico" e sua interpretação pelos agentes da televisão são usadas para questionar o árbitro quanto a sua lealdade às leis do jogo, insinuando com isto favorecimento a alguma equipe na disputa. São estas situações, especialmente, que dificultam e tornam complexa a atuação do árbitro de futebol.

É importante lembrar que o árbitro tem somente uma fração de segundo para ver, interpretar, raciocinar, analisar e emitir o sinal da sua decisão, sem poder rever a ação, e se um destes pontos passar despercebido, o seu julgamento poderá ser impreciso.

Os jogos servem para que o árbitro aprenda a identificar além destes elementos básicos, também compreender as atitudes dos envolvidos para poder aplicar o que está escrito na regra.

Quando ele procura encontrar o espírito do jogo, *fair play*, (*jogo limpo*) é como se ele estivesse buscando força vital do coração do futebol. É como se ele estivesse sempre olhando ao seu redor e analisando todos os princípios .

A chave do entendimento dos princípios básicos das regras, não está nas frias frases de seus livros técnicos, mas sim, no calor do dia a dia, nas palavras ali contidas, agrupadas, funcionando como energia vital. Assim poderemos encontrar a partir do campo de jogo as coisas que se seguem para aplicação prática nas mais variadas situações que ocorrem quando há jogo.

Aqui cabem as observações feitas por Kunz (1996), com base em Volkamer (1987) sobre o sentido das regras no esporte. Para entender melhor o funcionamento das regras num jogo é preciso diferenciar as mesmas, em três planos, onde:

O primeiro plano tem a ver com as Regras codificadas, por intermédio das quais é rigidamente determinado quando um ponto, um gol, uma marca é alcançada, ou quando a bola é considerada fora de quadra, etc. (...) O sentido destas regras codificadas, no entanto, deve ser precedido de um segundo plano, onde o sentido da regra vale para garantir a tensão, a dinamicidade, a igualdade de chances, a indeterminação dos resultados, ou seja, tudo aquilo que torna o esporte algo tão fascinante, tão empolgante. É por isto que o impedimento no futebol ou a condução no voleibol são proibidos. (...) Isto tudo porém, ganha mais sentido e fica mais compreensível, se num terceiro plano entender-se que na atividade esportiva os objetivos da ação se baseiam, na verdade, em atitudes inconseqüentes. É esta inconseqüência que constitui (deveria constituir) a essência do Esporte.(...) (p.100).

Ainda para Kunz (1996), este último plano não é mais verificável nos esportes ditos profissionais.

A mecânica de jogar está, em cada instante do jogo, vinculado a estes princípios básicos, cabendo ao árbitro a sua preservação. Toda vez que a ordem é quebrada compete a ele, somente a ele, restabelecê-la.

Os elementos opressores do sistema esportivo são muitos, mas destacam-se comentaristas ou jornalistas esportivos, dirigentes, atletas, torcedores tornam-se” instrumentos” geridos por influências maiores que decorrem do poder político, econômico, mídiático ,entre outros. Para todos estes, o árbitro, em geral, só é lembrado pelos erros que comete ou julgam que ele cometeu. Dentre esses elementos de poder, o aspecto econômico é o foco de pressão em que o árbitro tem que administrar, pois, comparativamente, o teto salarial de um árbitro permanece extremamente inferior a qualquer jogador, mesmo que se torne um árbitro internacional. Muitas vezes e, concomitantemente a isto, ele esta entre duas

potências econômicas. Para um jogador de destaque, a valorização financeira pode chegar a cifras absurdamente altas. O investimento de entidades financeiras (patrocinadores) vai sempre para o clube e o jogador e em somas cada vez mais elevadas de acordo com o êxito da equipe ou do atleta. Isto muitas vezes faz com que o confronto financeiro, no caso de duas equipes com patrocinadores fortes, seja muito mais importante que o confronto esportivo. Outro elemento opressor é que o jogador é profissional e o árbitro é amador.

Num jogo como, por exemplo, Palmeiras e Corinthians, encontram-se em campo não apenas 22 jogadores, além da arbitragem, mas uma disputa econômica de valores extremamente vultuosos, justificando-se assim o grande interesse de empresas multinacionais em patrocinar clubes de futebol pelo mundo afora. E, no meio deste “encontro comercial” e do próprio esporte, elevado às possibilidades do rendimento máximo, especialmente quanto à capacidade dos jogadores, que a ciência consegue desenvolver cada vez mais fortes, velozes e resistentes, se encontra o árbitro, que não recebe a mesma assistência científica e profissional dos demais profissionais do esporte.

A atuação do árbitro como parte integrante do espetáculo esportivo excede a meia (e aparentemente simples) tarefa de fazer cumprir a regulamentação do esporte. Neste pensar Nazareno (1997, p. 12) cita que:

A arbitragem é elemento fundamental para o bom desenvolvimento de qualquer modalidade esportiva. É elemento fundamental para que o atleta possa apresentar o melhor de sua performance. E, é elemento fundamental para que o público possa apreciar cada vez mais o esporte de sua preferência.

Refletindo este conceito de arbitragem, vale lembrar que numa disputa esportiva, está também no jogo: o profissional (jogador) e o amador (árbitro). O árbitro

não tem vínculo empregatício de ordem esportiva, nesta função, portanto torna-se elemento fundamental para sua arbitragem, que lhe seja assegurado pelos órgãos gestores do futebol (FIFA, CBF, FCF.), condições para que ele possa se preparar adequada e competentemente para exercer a sua função no jogo.

1.2. Justificativa

Ao interessar-se pelo campo da pesquisa no esporte, pela arbitragem do futebol brasileiro, não apenas, pela experiência que tem-se como árbitro do quadro de arbitragem da Federação Catarinense de Futebol e da Confederação Brasileira de Futebol, mas, também, por considerar, como já foi mencionado anteriormente, a escassez de pesquisas neste âmbito do esporte.

O futebol, no Brasil, antes de ser uma mera modalidade, é um fato/ fenômeno social. Essa modalidade é tão ampla que garante lugar a muitos: desde o simples torcedor até os mais diversos militantes, do atleta-jogador ao treinador, do árbitro ao dirigente, do massagista ao gandula; em suma, o futebol gera um envolvimento tão amplo de pessoas que, num período como, por exemplo, de disputa dos jogos eliminatórios que antecede a Copa do Mundo, até aqueles que não o admiram, passam a viver no clima contagiante.

No entanto, um elemento de fundamental importância para que haja um bom êxito nos resultados esportivos, especialmente, para aqueles de caráter coletivo – e aqui destaca-se o futebol -, não tem recebido a atenção devida, seja pela ciência do esporte ou pela própria mídia esportiva, este elemento é o papel da arbitragem ou mais, especificamente, o "árbitro de futebol". A produção de conhecimentos de caráter científico ainda é precária, quase inexistente referente a este assunto. Há

escassa produção escrita, porém muita discussão, debates, veiculados na mídia sobre o árbitro e sua arbitragem.

Pode-se citar como exemplo: a mídia televisiva produz uma dada imagem do árbitro, pois ela tem seus aparatos tecnológicos, que possibilitam dar visibilidade da atuação do mesmo em todos os ângulos imagináveis. Isto faz com que se estabeleça uma competição desigual, pois é impossível comparar uma visão humana contra várias visões de câmeras, resultando no aumento das cobranças de suas atuações, exigindo-se dele uma perfeição inatingível, pois não há como se igualar a ação instantânea do homem e as possibilidades de captação e reprodução da imagem pela máquina.

Acredita-se que muitos brasileiros, do mais estudioso ao mais leigo, já tenha ouvido falar em cartões amarelo e vermelho, e o que eles significam no futebol. Para os menos avisados, uma mera advertência equivale a cartão amarelo e expulsão a cartão vermelho. Entretanto, isso não pode ser encarado de maneira tão simples.

Ser árbitro de futebol de campo é viver dentro do esporte num desencontro com todas as pessoas que o cercam, e no momento em que ele trila o apito e está contrário ao que os espectadores, jogadores e dirigentes querem, acontece o que Lima (1982, p.19) descreveu com propriedade:

Os sócios e torcedores de seus clubes, vão ao jogo para ver sua equipe ganhar. Assim como não há jogador nem treinador que participe do jogo para perder. É nessa hora que o árbitro tem de estar preparado para as mais bruscas mudanças de sentimento e atitudes que as mesmas pessoas provocam perante fatos desportivos, na realidade idênticos.

Os atletas do futebol, são disputados por equipes do mundo inteiro a peso de ouro. O futebol é um dos esportes mais valorizados pela mídia e pelo mercado financeiro. Clubes e jogadores enriquecem com o futebol. E, apesar das ciências do

esporte, pelo menos no Brasil, terem recebido uma atenção um tanto que tardia, (foi somente a partir da década de 70 que iniciou-se estudos mais avançados no mundo do treinamento desportivo no desenvolvimento do futebol profissional), pode-se, hoje, facilmente verificar que estes conhecimentos e as tecnologias, fizeram com que se alcançasse uma melhoria na qualidade, no que diz respeito a condição física e técnica do atleta. Basta ver o vídeo de um jogo de futebol da copa de 70 e compará-lo com um jogo da última copa na França. Verifica-se, especialmente, o ganho de velocidade dos jogadores. Isto implica, também, que todo o jogo se tornou mais veloz, em especial as jogadas em confronto direto com o adversário e próximo a zona de finalização de jogadas. Isto exige do árbitro uma atenção e um acompanhamento mais direto com todo o desenvolvimento do jogo de forma muito mais intensa, também.

Entretanto, para além do condicionamento físico, há outros condicionantes (culturais, sociais, econômicos, emocionais...) que também merecem ser estudados, pesquisados, analisados, considerados quando se pensa em árbitro e arbitragem de futebol. Neste sentido, busca-se nesta investigação, centrar o olhar para o desenvolvimento da “auto-estima” do árbitro de futebol, considerando - através da experiência de 10 (dez) anos de arbitragem - a pressão e tensão psicológica, ou seja, o desgaste emocional que o árbitro sofre no contexto de suas atuações, o que acaba por acarretar, como o maior ou um dos maiores problemas que ele enfrenta e que repercute tanto na sua vida pessoal quanto profissional. Em concordância com Montiel (1998), busca-se a preferência pelo ser humano na arbitragem, ainda que ele possa errar, pois, na verdade, as máquinas (que nunca erram!) jamais poderão substituir a riqueza humana do árbitro. Ele não é um mero sistema de alarme que apita diante da primeira irregularidade que surge no jogo; ele tem uma presença, uma

função, uma capacidade comunicativa (de confiança, de rigor, de seriedade), que jamais uma máquina poderá humanizar.

Portanto, estudar, querer compreender a auto-estima, significa buscar subsídios para o desenvolvimento psicológico desse ser humano árbitro, pois acredito que ao fortalecê-lo no conjunto de sua formação, estaremos contribuindo para um maior entendimento desta função e, conseqüentemente, uma condição de vida mais “saudável”. Esta outra condição possibilita uma nova visão, um novo enfrentamento, um novo comportamento e, principalmente, uma nova postura ao se deparar com as pressões e obstáculos advindos das situações de jogo.

Dentro do contexto opressor em que se encontra a arbitragem no futebol brasileiro, apresenta-se como uma possibilidade resultante deste estudo, determinar uma preparação do árbitro com vistas à uma formação mais ampla, envolvendo o contexto sócio-cultural e as capacidades psicológicas deste.

1.3. Objetivo Geral

- Apresentar uma análise da Auto-Estima e Percepção de Competência acompanhados de uma avaliação empírica das mesmas categorias, no quadro de árbitros e árbitros assistentes de futebol profissional do Estado de Santa Catarina.

1.3.1. Objetivos Específicos

- Identificar o grau de auto-estima e percepção de competência nos árbitros de futebol profissional;
- Comparar o grau de auto-estima e o de percepção de competência entre o quadro de árbitros e de árbitros assistentes .
- Verificar possível associação entre a auto-estima e o tempo de prática de arbitragem.

1.4 Delimitação do estudo

A presente pesquisa foi delimitada em analisar a auto-estima em relação ao árbitro de futebol profissional, relacionado na lista da CBF, no ano de 2001, do quadro da Federação Catarinense de Futebol.

1.5 Definição de termos e abreviações

Auto-estima: *É o conjunto de crenças que temos e aceitamos como verdade em relação a nós mesmos, nossa capacidade e o que podemos fazer. Inclui a confiança para pensarmos e enfrentarmos os desafios da vida, nossa vontade de crescer e sermos felizes, a integridade pessoal, a sensação de sermos merecedores, dignos, qualificados para expressarmos nossas necessidades e desejos e desfrutarmos os resultados de nossos esforços. Inclui também a forma como cuidamos de nós mesmos, de nossa saúde e de nossos relacionamentos, como administramos nossa*

vida e superamos as inibições, o comodismo, a alienação e como investimos em nosso crescimento como pessoa. (Sabbi, 1999, p.141).

Árbitro: *É ser membro de uma equipe de arbitragem, é ser antes do mais adepto convicto da modalidade escolhida; é ser um conhecedor profundo das regras; é ser um juiz desportivo, responsável pelo enquadramento das competições no âmbito dos objetivos educativos e formativos que devem presidir à prática desportiva, e em conformidade com o alcance social e cultural que se reconhece ao fenómeno do desporto (Lima, 1982, p.22).*

Competência: Constructo psicológico mediador da realização de um comportamento (White, 1959, p. 303).

BOARD: International Football Association Board.

CBD: Confederação Brasileira de Desportos

CBF: Confederação Brasileira de Futebol.

FCF: Federação Catarinense de Futebol.

FIFA: Federation International de Football Association.

UMPIRES: Supervisor de jogo

CAPÍTULO II

2. Referencial Teórico

Objetivando fundamentar teoricamente às questões envolvidas no problema, decidiu-se, para melhor compreensão do assunto, dividir este capítulo em tópicos. No primeiro tópico foi feito um retrospecto da história da arbitragem de forma ampla, facilitando assim um maior entendimento do tema, procurando abordar comentários sobre as 17 (dezesete) regras. Num segundo procurou-se abordar a auto-estima e seus componentes e para um melhor suporte deste estudo, fez-se a abordagem sobre as competências inerentes ao árbitro de futebol.

2.1. História da Arbitragem

O futebol de hoje onde quer que seja é inconcebível sem supervisão de um árbitro. Atualmente 500 mil árbitros por todo o globo entram em ação todos os fins-de-semana (House, & Ford, 1986).

Observa-se que sem os “homens de preto”, não há jogos regulares. Conforme as regras, entretanto não foi sempre assim, foi em Cheltenham que se falou, pela primeira vez em árbitro, estabelecendo-se ali, que dois umpires (supervisor de jogo), e um árbitro poderiam resolver os casos litigiosos.

Diante disso, em jogos importantes cada capitão nomeava um umpire, que posteriormente entravam em comum acordo para eleger um árbitro neutro, sendo que

as decisões conflitantes eram tomadas pelo árbitro que se encontrava fora do campo. Nenhum deles podia ser membro do clube participante, em virtude disso foi criada a idéia fundamental de diretor de jogo neutro. Mas o entendimento da posição do árbitro e os poderes exercidos por ele ainda estavam faltando.

Na verdade salienta-se que um enorme passo foi dado na temporada de 1881, o superior do jogo trabalhando fora do campo tinha o poder de decidir sozinho sobre a validade do gol e se ele sentiu que o ponto foi evitado sob intencional violação das regras do time defensor.

A palavra “árbitro” foi derivado da palavra “referee”. Referee vem de (referir), pois era a pessoa a quem se referir, em outras palavras, o homem a quem os impares recorriam se tivessem dúvidas.

A partir de 1889 se inseriu de novo a supervisão de jogo. O árbitro, sempre fora do campo, tinha agora que redigir uma ata da partida, cronometrar o tempo, se um jogador se comportava incorretamente mais de uma vez, tinha o poder de expulsá-lo do campo, comunicando seu nome à associação nacional.

No ano de 1891 se contavam na Inglaterra 1000 profissionais (House, & Ford, 1986), aumentava-se a importância do futebol em suas vidas, a ponto de seus clubes fazerem tudo por uma vitória. A BOARD não podia mais perder tempo e na revisão das regras deste ano ordenou uma troca decisiva.

O árbitro aparecia agora como o único supervisor no campo e os umpires passaram as linhas de toque como juízes de linha.

A supervisão da partida estava agora claramente nas mãos de uma única pessoa cujas conclusões eram finais enquanto ele mantivesse as regras. Sua decisão factual era irrevogável ele estava autorizado a dar punições sem explicar seus veredictos.

Nota-se que com o passar dos anos as regras sofreram muitas mudanças. Logo após a virada do século, o conceito de marcações do campo mudou para o que se tem hoje.

As primeiras leis do jogo (17 regras) não falavam nos cartões, mas percebe-se hoje, com quase 35 anos de existência, eles apareceram de forma direta e objetiva, fazendo com que se expressasse de forma clara as marcações inerentes a arbitragem, facilitando o entendimento, do público e dos atletas.

Para a nossa CBF (1997), “As expressões de advertência e expulsão aparecem por (07) sete vezes em ambas as situações” ,(p.12). Isto não significa dizer que sejam estes curiosos números que os associam ao árbitro, responsável pela aplicação dos cartões, em igual oportunidades de fazê-lo, já que os derivativos e as ocorrências imprevisíveis numa partida de futebol criam uma combinação muito mais ampla, quase incontável de incidências que dão ao árbitro e somente a ele, condições de usar cartões.

Salienta-se que não cabe ao mesmo gostar ou não de utilizá-los, mas sim de se preparar para que possa aplicá-los dentro do melhor de seus propósitos, com critérios os mais uniformes possíveis para que após a sua entrada no campo de jogo não interprete as regras a seu bel prazer, ignorando todo o estudo das 17 regras constituintes do jogo. Embora, as condições humanamente admissíveis do risco de errar sempre se constituem também uma possibilidade e que precisam sempre ser analisadas e compreendidas.

Com o passar do tempo, na copa do mundo de 1966 ocorreram os problemas mais marcantes de desencontro de informações, ou seja, de saber exatamente, quando um jogador era expulso ou apenas advertido, conforme, Nazareno (1997).

A Comissão de Árbitros da FIFA, em suas reuniões preparatórias, resolveram padronizar o procedimento dos árbitros para o caso de advertências e expulsões.

Para advertir, o árbitro deveria chamar o atleta-jogador infrator e de posse de uma caderneta anotar de forma acintosa, o que considerava advertência, que seria passível de uma citação em relatório, conseqüentemente, passível de punição disciplinar.

No caso das expulsões, os árbitros deveriam se aproximar da linha lateral mais próxima e apontando para fora do campo de jogo, indicar que aquele jogador infrator estaria expulso. Esse método não funcionou e muitos foram os problemas e desencontros verificados com esta recomendação.

Quatro anos depois, na abertura da Copa do Mundo de 1970 no México, na partida México X União Soviética (hoje extinta), apareceria pela primeira vez no mundo, pelas mãos do árbitro alemão Kurt Tschencher, o cartão amarelo, e posteriormente em outros encontros, o cartão vermelho. Estava vencido o impasse de linguagem e de desentendimento, porém ficava ainda, como é até hoje, o problema dos critérios de utilização dos cartões, amarelo e vermelho.

Os países de todo o mundo adotaram tal medida, alguns de imediato, e outros tradicionalistas passaram a usar os cartões mais tarde. De uma forma ou de outra, caiu no domínio do público, quer pela forma teatral de alguns nos gestos de apresentações, quer pelo problema idiomático, ou ainda pela necessidade de disciplina.

2.2. AS REGRAS DO JOGO DE FUTEBOL

2.2.1 O CAMPO DE JOGO

Fica evidente, que se não houvesse campo, não existiria jogo. Por isto, esta é a primeira regra do Futebol. Trata-se de uma regra muito importante, pois versa sobre o palco que dá início a magia do futebol. É importante salientar que, esta regra 1 da International BOARD atual, não era a mesma no passado. Duarte (1997) retrata que nas regras oficiais da CBD, em 1928, a regra 1 englobava o número de jogadores, a bola e também a demarcação do campo. Somente em 1966, a BOARD dimensionou as regras de forma como são conhecidas até hoje.

Relacionado ao campo de jogo, ainda, as recomendações mais importantes feitas pela BOARD, se referem à unificação das medidas para os Mundiais de Futebol, ou seja, todos os campos de futebol devem ter 105 metros de comprimento por 68 metros de largura.

Cabe aqui, ainda, análise um tanto que curiosa sobre a regra que versa sobre o campo de jogo no futebol. Então, é interessante, para um árbitro especialmente, saber o que acontece nos caso de, em pleno jogo, o travessão da goleira cair. Logicamente que o jogo deverá ser interrompido. Porém, existem duas situações para o seu reinício. Caso seja uma partida amistosa e as equipes concordarem, poderá ser colocada uma corda para substituir o travessão, ou então como no caso relatado por Duarte (1997, p.11):

No dia 3 de setembro de 1974, em Zaragoza , na Espanha, vi quando caiu o travessão do estádio local, após uma jogada de Pelé. Jogavam Santos e Real Zaragoza e o Santos ganhou de 3 a 2. Tivemos de esperar a troca do travessão.

Outro detalhe poucas vezes compreendido, especialmente pelos torcedores, diz respeito às linhas de campo. A linha faz parte do campo, se a bola estiver em cima da linha, ela estará em jogo, cabe reforçar que a linha faz parte da área , portanto se o jogador receber uma falta, na linha da área, será marcado pênalti contra sua equipe. Um bom campo de jogo bem marcado, bem gramado, facilita para os jogadores, público, e, sobretudo, para a arbitragem, não deixando dúvidas sobre suas marcações.

2.2.2. A BOLA

Entre as regras, se existe uma que pouco mudou é a da bola, que deve ter uma circunferência de 70 cm, no máximo, e de 68, no mínimo. No início da partida seu peso deverá ser no máximo de 450 gr e no mínimo de 410 gr, será esférica e terá invólucro de couro ou de outro material aprovado pela FIFA ,que não ofereça perigo aos jogadores.

Porém, uma das evoluções tecnológicas mais importantes no que se refere ao material esportivo, envolve justamente a bola. Nazareno (1997) relata que os mais idosos se recordam da bola de capotão, que era uma bola pneumática com uma cobertura de couro, era costurada, fato este que causava deformações , foi com uma bola assim que Charles Miller (introduziu o futebol no Brasil) trouxe para o Brasil em 1894, no final do século passado e, então tudo começou (House & Ford, 1986).

2.2.3. NÚMERO DE JOGADORES

A regra número três, apesar da sua simplicidade é de muita importância para o bom entendimento do futebol, já que a mesma determina a quantidade correta de atletas que podem fazer parte de uma partida .

Duarte (1997) salienta que desde o primeiro campeonato mundial em 1930, até o mundial de 1966, não eram permitidas substituições, mesmo que fosse por motivos de contusão.

Sabe-se que um bom exemplo ocorreu na copa da Inglaterra no jogo entre Brasil e Portugal, quando Pelé teve que permanecer em campo, parado pois não tinha condições de jogar após uma jogada violenta.

Á partir de 1970, permitem-se duas substituições, em partidas amistosas, caso haja acordo entre as equipes, poder-se-á fazer até cinco substituições e hoje em partidas oficiais permite-se três substituições.

Assim, a partida será disputada por duas equipes, composta cada uma de onze jogadores, sendo que um deverá ser o goleiro, caso o goleiro se machuque e as substituições já tiverem sido feitas, um jogador da linha deverá vestir a camisa do goleiro.

Duarte (1997, p.17) comenta que em uma partida entre Palmeiras e Flamengo no Maracanã, o goleiro Zetti do Palmeiras fraturou a perna e teve que ser substituído pelo atacante Gaúcho.

Deve-se salientar que o número mínimo de jogadores permitido para cada equipe prosseguir no jogo, que são sete, não podendo haver continuidade da partida, caso uma das equipes fique abaixo deste número.

2.2.4. EQUIPAMENTO DOS JOGADORES

Uma das preocupações da BOARD é, sem dúvida, com a integridade dos jogadores, pois ninguém pode usar nada que ponha em risco ou cause perigo aos adversários e companheiros de jogo, como por exemplo: relógios, anéis, gesso, entre outros;

Duarte (1997, p. 21), relata ,

Em 1928, a regra que falava deste assunto, apregoava sobre botinas, pregos, botões de couro (travas), numa época que não tínhamos plástico nem uso de alumínio, hoje uma constante nas chuteiras que estão, igualmente, mais leves e modernas.

A FIFA após a proliferação da AIDS no mundo todo, passou a exigir maior rigor por parte dos árbitros, recomendando que os mesmos mantenham-se atentos em não permitir que jogadores participem das partidas sangrando. Caso isto acontecer, deverão ser atendidos e só voltar ao campo após o sangramento ser contido.

Observa-se que a arbitragem deve ter bom senso ao avaliar os equipamentos dos jogadores, procurando fazer com que nenhum participante da partida, possa sofrer algum tipo de desvantagem no transcorrer da partida.

2.2.5. O ÁRBITRO

A figura do árbitro é necessária para que ocorra uma partida de futebol, especialmente, as de competição. É ele o responsável para que as regras do jogo possam ser respeitadas, sem prejuízo para os atletas, aplicando-a sem beneficiar jamais o infrator, devendo, ainda, atuar como cronometrista, acrescentando ao jogo o tempo perdido conforme a regra recomenda (ver 2.2.7).

O poder do árbitro começa assim que ele é comunicado de sua escalação até o primeiro dia útil após a partida, qualquer fato que ocorra neste intervalo de tempo deverá ser minuciosamente relatado na súmula do jogo.

Deve-se salientar que existem dois erros que podem prejudicar o desenrolar de uma partida, o erro de direito e o erro de fato. Quando um árbitro comete um erro de direito, o jogo é passível de anulação, pois demonstra desconhecimento das regras, por ex: anular gol feito direto de um escanteio.

Ao cometer um erro de fato, a partida não será anulada, pois são vistos como erros de interpretação, por ex: a bola corre toda a linha de gol, não entra, mas o árbitro diz que entrou e valida o gol.

Destaca-se que as decisões do árbitro, corretas ou não, jamais poderão ser contestadas, fato este que faz do árbitro o todo poderoso do futebol, deve estar sempre bem preparado física, técnica e psicológica para cumprir bem as regras do jogo.

Para um melhor entendimento, cabe ressaltar que as atividades de arbitragem são divididas em categorias de acordo com tempo de atuação e desempenho, iniciando-se pela categoria amadora, posteriormente profissional, podendo ainda os árbitros ao ingressarem nesta área de atuação, se filiarem as Ligas, Federações, quadro nacional e o sonho de qualquer árbitro é fazer parte do quadro internacional, que é o da FIFA.

2.2.6. ÁRBITROS ASSISTENTES

Para cada partida serão designados dois árbitros assistentes, cuja função será indicar, sem prejuízo da decisão do árbitro o momento que a bola estiver fora de jogo; qual equipe deverá cobrar tiro de canto, de meta ou arremesso lateral ; quando um jogador esta em impedimento; quando se solicita uma substituição ou a ocorrência de alguma falta ou outro incidente que fique fora do campo visual do árbitro.

Para o bom andamento da partida e conseqüentemente uma boa arbitragem, necessita-se de um bom entrosamento entre o árbitro e seus assistentes.

Deve-se salientar que o sinal do assistente é para o árbitro e não para jogadores ou público, quando assinalar alguma ocorrência, deve fazê-lo de modo firme , demonstrando segurança em sua tomada de decisão.

A área de atuação dos árbitros assistentes se concentram nas laterais do campo.

2.2.7. DURAÇÃO DA PARTIDA

Uma partida de futebol terá a duração de dois tempos de 45 minutos, com intervalo de 15 minutos. Deve-se salientar que o árbitro deve acrescer todo tempo perdido, como substituições, incidentes, perda de tempo para retirada de atletas lesionados pela maca, observando para jamais, beneficiar o infrator .

Destaca-se, ainda, que, caso o regulamento da competição exija que mesmo após um empate, tenha a necessidade de saber-se o vencedor, poderá haver duas prorrogações de 15 minutos, sem intervalo.

Duarte (1997) analisa que a partir de 1993, a FIFA autorizou a “morte súbita” ou *golden* (gol de ouro), gol que ocorre quando da necessidade de se ter um vencedor, com acréscimo de jogo por prorrogação de 15 minutos por 15 minutos. Porém, quando uma equipe marcar um gol é dada, imediatamente, como ganhadora, interrompendo-se a prorrogação. Dessa forma, provoca-se mais interesse pelo gol e evita-se a passagem do jogo para “loteria” ou cobrança dos penais.

2.2.8. O ÍNÍCIO E O REÍNÍCIO DO JOGO

Ao se iniciar uma partida, deve-se proceder da seguinte maneira: será lançada uma moeda e a equipe que ganhar o sorteio decidirá a direção que atacará no primeiro tempo de partida, a outra equipe efetuará o tiro de saída para começar a partida.

No reinício da partida, as equipes trocarão de metade de campo e atacarão na direção oposta, sendo que será válido um gol direto do tiro de saída, fato que anteriormente não valia.

A bola entrará em jogo após se mover de qualquer forma, sem necessidade de percorrer uma distância preestabelecida, não havendo a necessidade de ser tocada por outro jogador, pois é um tiro livre direto.

Para ilustrar a título de curiosidade esta regra, Duarte (1997, p.44) salienta que:

Antes do início da partida, quando o árbitro fizer o sinal para isso, mesmo que a bola não tenha se movido, um jogador poderá ser expulso por mal comportamento e em caso de expulsão, como o jogo não foi iniciado, poderá haver substituição do jogador expulso, apenas antes do início do jogo.

Observa-se que apesar da simplicidade desta regra, o árbitro necessita de muita atenção, para que não ocorra fatos que possam influir negativamente na condução do jogo.

2.2.9. BOLA EM JOGO OU FORA DE JOGO

Trata-se de uma regra cujo cumprimento de forma eficaz, contribuíra para o futebol, salienta-se que a mesma estará fora de jogo quando: tiver ultrapassado completamente a linha lateral ou de meta, seja por terra ou pelo ar ou, no caso ainda, se o jogo tiver sido interrompido pelo árbitro.

A bola estará em jogo em todo outro momento, inclusive quando, rebater das traves, travessão ou na bandeirinha de canto e permanecer no campo de jogo e ainda se rebater no árbitro ou em um árbitro assistente se estiverem no interior do campo de jogo.

Cabe ressaltar que quando a bola esta em jogo, não importando onde, o árbitro poderá dar uma penalidade máxima em qualquer das áreas, desde que uma falta passível de tiro livre direto seja cometida.

Nazareno (1997, p.) relata:

Em 1938, no Mundial da França, quando Domingos da Guia derrubou Piola na área do Brasil e a bola estava no meio de campo, o assistente viu, avisou o árbitro, o pênalti foi marcado, cobrado e convertido, sendo o Brasil derrotado pela Itália por 2 a 1.

Por estes fatos, ressalta-se a importância dos jogadores conhecerem as regras do jogo, para não prejudicarem suas equipes.

2.2.10. O GOL

Sem dúvida nenhuma, o momento máximo do futebol é a marcação de um gol, que emociona a torcedores no mundo inteiro, fato este que requer atenção redobrada dos árbitros e assistentes, para que o mesmo seja consignado de forma legal.

É importante observar-se, que um gol só será legal, quando a bola transpuser totalmente a linha de meta, sem que seja tocada com as mãos ou com os braços pelos atacantes, sem que exista nenhum tipo de transgressão às regras.

Duarte (1997) salienta que para dar uma decisão absolutamente segura é preciso que o árbitro esteja próximo da meta, logo, requer que o árbitro deve estar bem preparado fisicamente.

Seguindo este mesmo pensamento Franciscon (1999) recomenda aos árbitros e assistentes a máxima atenção quando a bola chegar próximo da área, qualquer erro aniquila totalmente o trabalho da arbitragem.

É evidente que seria de péssimo efeito para a autoridade do árbitro, conceder um gol e depois anula-lo, fato este que pode influir decisivamente no resultado da partida.

2.2.11. O IMPEDIMENTO

A regra XI, fora de jogo do futebol, conhecida no Brasil com o nome de impedimento, existe desde a criação e unificação das Regras do jogo. Ela foi copiada do Rugby, adaptada e após intensas discussões, em 26 de outubro de 1863, entre as diferentes formas quanto à sua aplicação, ficou predominante a utilizada pela universidade de Cambridge (House & Ford, 1986).

Nazareno (1997) afirma que já existia a idéia de que era uma regra tática, entre a habilidade de uma equipe em relação a outra e que servia para disciplinar a forma de jogar com o objetivo de alcançar os gols e, conseqüentemente, as vitórias.

Observa-se que inicialmente a preocupação na aplicação da regra, era única e exclusivamente com a posição da bola, isto é, estaria impedido o jogador que se posicionasse à frente da bola que ele ou sua equipe estão de posse.

House & Ford (1986) relatam que a primeira mudança ocorreu sete anos mais tarde, ficando estabelecido que o jogador não estaria impedido se tivesse, entre ele e a linha de fundo contrária, pelo menos três adversários.

Em 1880, ocorreu a segunda mudança, que é válida até hoje. Ficou estabelecido que o jogador que recebesse a bola, provinda de uma cobrança de tiro de meta, não estaria impedido.

Um ano depois, em 1881, a terceira alteração, também em vigor até hoje, acrescentou que o jogador que recebesse a bola vinda de um tiro de canto, também não estaria impedido.

Entretanto, este ponto foi polêmico para muitos e não aceito por outros. Somente em 1907 é que este ponto ficou definitivamente estabelecido como parte da regra.

Neste ano, de 1907, ocorreu a quarta inovação, válida também até o presente momento, ou seja, um jogador não estará impedido se estiver na sua própria metade de campo.

A quinta mudança ocorreu em 1913 e estabelecia que não estaria impedido o jogador que recebe a bola proveniente de um arremesso lateral. Esta modificação figura na regra até o momento.

Por sugestão dos escoceses, em 1925, uma importante modificação ocorreu. Foi alterado de três para dois, o número de jogadores adversários que devem estar entre o atacante e a linha de fundo, para que não haja o impedimento. Isto foi motivado pelas sucessivas paralisações das partidas o que irritava em demasia o público.

Em 1936 na reunião da International Football Association Board, proprietária da regras do jogo, foi dada uma melhor redação ao texto que perdurou por muito tempo. Neste período, inúmeras foram as sugestões para alterações feitas em todo o mundo. Uns pregavam a sua extinção, outros defendiam a sua permanência, como estava.

Na copa do mundo de juvenis, na Itália, a FIFA promoveu, com autorização da BOARD, uma experiência criando uma área de impedimento, compreendida pelo retângulo entre a linha de fundo e uma linha paralela a esta, no prolongamento da linha da área penal e ambas as linhas laterais, conforme, CBF (1997).

O jogo ficou concentrado do meio campo, sendo raras as vezes em que a disputa passou pelas áreas de impedimento. Todos, após a experiência, foram unânimes em desaprovar a idéia.

Durante muito tempo aceitou-se que a bola, ao ser passada de um atacante para outro, e que, no trajeto, tocasse em um jogador defensor, eliminaria o impedimento.

Isto, lamentavelmente, ainda é entendido dessa forma pelos menos esclarecidos, embora tenha sido alterado há muito tempo.

O impedimento será sempre caracterizado no momento do lançamento da bola à frente, no sentido de meta a meta, feito pela equipe atacante. Neste momento, a melhor forma didática para assimilarmos o real conteúdo da regra está na equação: posição + Influência = Impedimento.

A posição de impedimento é assinalada pelo árbitro assistente, porém, não obrigatoriamente deverá ser marcado pelo árbitro. A influência fica a critério do árbitro em sua interpretação.

O sistema atual permite uma melhor distribuição dos jogadores no campo de jogo e obriga um esporte coletivo, como o futebol, ser jogado com inteligência, para usufruir de suas vantagens.

O futebol é jogado sob intensa emoção. As partidas são disputadas com dedicação, entusiasmo, controvérsia, fascinação e polêmica. Neste clima o árbitro tem uma fração de segundos para ver a ação, analisar a intenção, entender o que houve, interpretar a regra, julgar a ação, decidir o que deve ser feito e aplicar o espírito do jogo.

As regras contidas nos estatutos da International Football Association Board, composta pelos países fundadores - Inglaterra, Escócia, País de Gales, Irlanda - e pela FIFA, representando os demais países do mundo, funcionam, por si só, como um exemplo de entendimento com mais de um século de atuação na preservação do espírito do jogo. (House & Ford,1986).

Se o futebol continua a ser um dos maiores e mais populares esportes do mundo é por que isto faz parte, acima de tudo, de uma grande tradição, conforme, Lima (1982).

Todos querem vencer, mas o verdadeiro esportista encontra na vitória uma pequena satisfação. A sua realização como profissional é que mais conta.

O espírito da regra deve ser observado, bem como o seu texto. Isto significa que ao árbitro, cabe salvaguardar o espírito do jogo. Para que isto fique claro, afora o entendimento do que está escrito na regra, ele deve entender o conjunto de relações que envolve a regra e o jogo e que nem sempre está explicitada na lei escrita, as regras do jogo.

Deve-se ressaltar que a lei do impedimento torna o futebol ainda mais empolgante por exigir inteligência de seus praticantes e significar um desafio para o movimento tático das equipes.

2.2.12. FALTAS E CONDUTA ANTIDESPORATIVA

Será castigado com um tiro livre direto, o atleta que cometer uma das seguintes faltas, de uma maneira que o árbitro considere imprudente, perigosa ou com o uso de uma força desproporcional: Dar ou tentar dar um pontapé no adversário; calçar um adversário; saltar sobre um adversário; carregar contra um adversário de maneira violenta ou perigosa; agredir ou tentar agredir um adversário; empurrar um adversário; dar um carrinho a um adversário (atingir esse adversário antes de tocar a bola); cuspir em um adversário; segurar, agarrar o adversário ou tocar a bola com as mãos deliberadamente.

Cabe ressaltar que entre os jogadores se observa freqüentemente a tendência de utilizar, sem medidas, tanto os braços como os cotovelos contra os adversários enquanto disputam a bola.

Diante do exposto o árbitro sempre deverá tomar medidas mais severas contra os infratores, aplicando as sanções que esta regra põem a sua disposição.

Duarte (1997, p. 67), relata que

Em 1954, pelo torneio Rio - SP, jogavam Portuguesa de Desportos x Botafogo, a "lusa" vence por 3 a 1 e houve um incidente generalizado, que começou com uma briga entre Tomé (Botafogo) e Ortega (Portuguesa). Houve uma confusão generalizada e todos os jogadores participaram e o árbitro Carlos Monteiro, conhecido como Tijolo, expulsou a todos, inclusive Garrincha que era astro do time carioca.

Observa-se no comentário deste episódio, a necessidade que o árbitro tem de impor sua autoridade, que a regra lhe proporciona, para manter o controle total da partida.

2.2.13. TIROS LIVRES

Esta regra versa sobre os tipos de tiros livres que existem no futebol: tiro livre direto, através do qual poderá ser consignado um gol contra a equipe infratora e tiro livre indireto, através do qual não poderá consignar gol, a menos que a bola, antes de entrar na meta, tenha sido tocada ou jogada por outro jogador qualquer, que não aquele que executou o tiro.

Deve-se salientar que todo jogador adversário deverá ficar a 9,15m de distância da bola, até que a mesma entre em jogo.

A maneira correta do árbitro assinalar a diferença entre o tiro livre indireto e direto, é que ele deverá permanecer com o braço erguido até que seja tocada por

outro jogador (tiro livre indireto) e deverá permanecer com o braço abaixado no outro caso (tiro livre direto).

2.2.14 PÊNALTI

Em virtude de sempre que é marcada uma penalidade máxima, existir a possibilidade concreta da consignação de um gol, não resta dúvida da seriedade com que se deve ser encarado pelos árbitros esta regra. Situação que no meio futebolístico, é precursora de grandes discussões entre torcedores, participação ativa da mídia “especializada”, aumentando a responsabilidade dos árbitros , já que partidas podem ser decididas e títulos ganhos com a marcação de um pênalti.

Pode-se dividir esta regra em três etapas distintas, a primeira refere-se principalmente as posições relativas dos jogadores com relação à bola e desta com o campo de jogo; a segunda refere-se a execução que consiste entre o período entre a autorização da cobrança por parte do árbitro e o instante em que a bola entra em jogo e finalmente a terceira, que compreende a conclusão, que ocorre no momento que o árbitro se decidir pela total regularidade da cobrança.

2.2.15. ARREMESSO LATERAL

Primeiro fato importante a ressaltar é que não poderá ser consignado um gol diretamente de um arremesso lateral. Então, sempre que a bola transpuser a linha lateral, quer pelo ar ou por terra, será concedido arremesso a equipe que não participou na jogada que resultou na sua saída de campo.

Duarte, (1997) relata que apenas em 1882, foi introduzido no futebol a reposição de bola com as mãos, anteriormente se chamava throw-in, hoje, o lateral.

Acredita-se que entre a mudanças que a BOARD estuda, existe uma possibilidade de alteração nesta regra, pois no Mundial de 1993, da categoria para menores de 17 anos, a FIFA foi autorizada a implementar o lateral com os pés. E, conforme Nazareno (1997), pode-se aguardar novas experiências até uma decisão final.

Percebe-se que com a melhora da preparação física dos jogadores atuais , muitos tem se beneficiado desta regra, jogando com as mãos até a área, fazendo com que se torne uma jogada perigosa para a defesa adversária, como por ex: Roberto Carlos do Real Madrid e seleção Brasileira; Arce do Palmeiras e principalmente os jogadores europeus, que são os que mais se beneficiam desta situação, devido a sua complexidade física, entre outros.

2.2.16.TIRO DE META

Esta é uma regra que, se comparada com as outras, não tem apresentado maiores problemas para a arbitragem. Ela ressalta que a bola só entrará em jogo após ter saído da área de pênalti. Trata-se, portanto, de um tiro livre direto, pois pode ser consignado um gol diretamente, sem a necessidade de ser tocada a bola por outro jogador.

A título de curiosidade, Franciscon, (1999) afirma que caso um jogador da equipe cobradora do tiro de meta, ao jogar a bola, a mesma sair da área de pênalti, e uma rajada de vento, traze-la de volta para o próprio gol, o árbitro deverá marcar um

escanteio, pois jamais poderá se contrariar o espírito da regra, que nunca o infrator pode ser beneficiado.

A bola na reposição pode ser colocada em qualquer parte da área de meta, fato este, que agilizou a velocidade com que a mesma seja repostada em jogo, aumentando assim o tempo de bola em jogo.

2.2.17. TIRO DE CANTO

Nem sempre foi este o nome dado a esta regra, de 1873, pois, conforme Duarte (1997), adotou-se o *corner*, até o ano de 1966 quando, após esta data passa a ser conhecido por aquilo que é chamado até hoje, ou seja, tiro de canto.

Concede-se um tiro de canto toda vez que a bola sair pela linha de fundo, quer pela terra ou pelo ar, tocada pelo adversário. Poderá ser consignado gol diretamente de um tiro de canto, chamado de gol olímpico nome dado em homenagem à seleção do Uruguai , bicampeã Olímpica de futebol em 1924 e 1928, em Paris e Amsterdã , pois foi feito um gol diretamente de escanteio, chamado desde então gol olímpico.

Um escanteio, como é costumeiramente chamado na linguagem do futebol, pode ser uma jogada perigosa, se bem batido, pois muitos gols saem de jogadas de escanteio.

A apresentação comentada das regras até aqui, tem a intenção maior, de introduzir a problemática a ser estudada para esta pesquisa que se refere ao árbitro e seu trabalho de campo, ou seja, atuando no contexto do futebol brasileiro. Para tanto, a seguir segue um pequeno comentário sobre esta figura que é conhecida como "autoridade máxima" numa partida de futebol mas, para o qual normalmente, em campos de futebol no Brasil, se perde o respeito para com sua autoridade e muitas

vezes até mesmo, para com sua figura humana que é. Portanto, a sua profissão de árbitro, sua preparação e até mesmo seu perfil de personalidades carece de uma melhor análise.

2.3 ARBITRAGEM BRASILEIRA DE FUTEBOL NA FIGURA DO ÁRBITRO

O jogo tinha terminado há mais de uma hora. Já não era necessário estar alerta ou firmar-se entre os jogadores, treinadores e adeptos. Você sente-se cansado física e emocionalmente. Por isso, se encosta na cadeira com uma bebida fresca, coloca os pés encima da mesa e tenta relaxar. Mas , por alguma razão, não consegue (Weinberg & Richardson, 1990, p. 16.).

Estas são costumeiras situações de um árbitro no pós-jogo. A sua mente por mais que não queira, começa a repetir as decisões que tomou durante o jogo. Se resolver perguntar a seus assistentes de arbitragem, suas opiniões sobre o seu desempenho, preocupa-se com a possibilidade de ter interpretado mal algum lance e as vezes com algumas críticas que possam vir de dirigentes. Então, diz a si próprio “trabalhei bem com meus assistentes e creio que no geral, fiz um bom trabalho”.

Quando as pessoas vão assistir a um jogo de futebol, elas não imaginam o que é ser árbitro e nem o que ele representa, os seus conhecimentos, as pressões e o clima que o cerca. Vestido de preto, na maioria das vezes, com fisionomia serena, olhar objetivo e seguro, ele se coloca na diagonal, no vértice do triângulo (árbitro, bola e árbitro assistente). Fala apenas o necessário, discreto, bem preparado física e tecnicamente e com reflexos aguçados para bem decidir.

Porque o simples levantar de um braço, muda o resultado de uma partida. Pode-se afirmar que é um estranho no ninho do futebol. É o único que não pode jogar em campo.

Por essa razão, costuma-se dizer que todo árbitro é um jogador que não deu certo. Uma regra não escrita ensina que o bom árbitro é aquele que passa despercebido em campo. Quando a torcida repara nele, geralmente é para xingá-lo, hostilizá-lo e as vezes até agredi-lo.

É participar de um esporte em constante desencontro com todas as figuras que o cercam, e no momento que ele faz notar a sua autoridade, normalmente estará na contra mão dos torcedores, jogadores e dirigentes.

A intervenção do árbitro é vista e sentida, tornando-se alvo direto de protestos, tendo de estar preparado para as mais bruscas mudanças de sentimento, e atitudes das pessoas que o cercam após as marcações.

Segundo Lima (1982, p.57) :

Ser árbitro, é ser antes de tudo, o mais adepto e convicto da modalidade escolhida, é ser um conhecedor profundo da regras, é ser um juiz desportivo, responsável pelo enquadramento das competições no âmbito dos objetivos educativos e formativos.... , e em conformidade com o alcance social e cultural que se reconhece ao fenômeno do desporto.

Por que o árbitro, especialmente, o árbitro de futebol no Brasil, carrega esta sina de ser o culpado de insucessos, ou sempre o elemento principal, quando não, o único a ser criticado, xingado, enfim condenado quando algo não ocorreu bem no jogo ou com apenas uma das equipes? Existem muitas explicações para isto. A maioria de caráter sociológico. Como no caso das afirmações: "São os problemas sociais que sofre o povo brasileiro e no futebol as pessoas descarregam suas frustrações e angustias e melhor alvo para isto é sempre o árbitro". Mas existe também uma explicação que podemos derivar de uma afirmação de Da Matta (1982) quando se refere as diferenças de entendimento sobre o fenômeno futebol no Brasil e no resto do mundo. Segundo ele, nos Países, especialmente como Inglaterra e EUA, o futebol é mais um esporte e para os brasileiros o futebol é um jogo. A diferença é que o esporte é baseado na competição, na técnica, na força e na coletividade, enquanto que jogo baseia-se muito mais em elementos de sorte, destino e individualismo. E seria por esta razão que o futebol brasileiro ainda se diferencia enormemente do futebol europeu por haver uma super valorização sobre fatores como improvisação, destreza e arte individual e principalmente pela "malandragem" e "jogo de cintura" não só de jogadores mas, inclusive dirigentes.

Fica fácil de entender assim, que o culpado maior de uma má sorte ou de um destino infeliz para uma equipe, um jogador é sempre considerado o árbitro. Também com relação a famosa malandragem do jogador de futebol brasileiro e muito elogiado

pela imprensa esportiva nacional, há de se considerar que embora conduza a algumas vantagens esportivas nem sempre desleais, porém, dificulta enormemente o trabalho do árbitro. Diz-se, que o jogador brasileiro além de atleta é um artista e a arte que ele mais desempenha é a arte de camuflar de representar o que não é só para enganar o árbitro da partida. Exemplo típico são as tradicionais quedas na área de pênalti para enganar a arbitragem. Só existe um País no mundo, por cima considerado o País do Futebol, onde, para a grande maioria - incluindo imprensa esportiva - o que se denomina "cavar uma falta ou um pênalti " é considerado virtude e qualidade de um jogador.

É por isto, que na arbitragem não há lugar para nervosismo, compensações, arrogância, prepotência, indecisão, dramaticidade e negligência. Ao árbitro cabe conhecer profundamente a regra e regulamentos específicos e saber interpretar com coerência e critério, de maneira responsável e participativa, reconhecendo sua autoridade diante do seu trabalho.

Quais os motivos, qual é o atrativo, quais são as causas que podem induzir uma pessoa a escolher tão difícil atividade? Auto representação (ser parte do espetáculo); ânsia do poder (determinar, controlar; e interesse pelo esporte (amadorismo), como afirma (Nazareno, 1997).

Um árbitro é nada mais, nada menos que um ser humano, no exercício de sua atividade, pode realizar atos corretos, porém esta sujeito a erros como todo mundo. Quando os mesmos acontecem deve estar preparado, para entender as críticas, por mais injustas que possam parecer, pois deverá aprender a aceitar e compreender que tanto o público quanto os jogadores, o técnico, o dirigente vão reagir às suas decisões de acordo com a carga emocional que a situação exige.

O árbitro não se deve deixar influenciar e principalmente saber discernir, as ponderações construtivas e aquelas sem embasamento nenhum, carente de fundamentação teórica e com forte cunho emocional. O árbitro que deixa de aplicar as regras do jogo intencionalmente, pelo temor de ser criticado, não esta em condições de dirigir uma partida de futebol.

Segundo Marques apud Duarte (1998, p.10):

Um bom árbitro, em primeiro lugar deve apitar com inteligência, em segundo, saber interpretar e aplicar com exatidão as leis do jogo, e terceiro ter capacidade para unir corretamente essas virtudes.

Poucos homens em tão pouco tempo reúnem tantos poderes como o árbitro de futebol, existe um envolvimento muito grande, tanto financeiro como emocional, que estão interligados a suas decisões.

Como em toda atividade profissional, existem os com maior e menor qualificação, com certeza pode existir aqueles que fraquejam por uma ou outra razão e deixam de atuar de acordo com as regras do jogo, pois a ele é conferido um poder absoluto, já que suas decisões de caráter técnico durante uma partida, não podem ser mudadas e nem cabem recursos.

Com certeza as condições de arbitrar o futebol brasileiro já melhoraria muito se as pessoas ligadas diretamente ao esporte e com poder de decisão se conscientizarem da importância da arbitragem de futebol e do seu papel, na contribuição para a melhoria da qualidade técnica e disciplinar, dos espetáculos que tanto despertam a paixão no povo brasileiro.

Diante do que foi exposto e considerando a enorme responsabilidade do árbitro de futebol, pode-se evidenciar que uma, entre tantas outras, negligências com este profissional, seja considerar o seu estado de auto-estima pessoal. Por isto e para esta pesquisa optou-se em estudar, inicialmente, na literatura disponível a temática e por fim avaliar empiricamente os árbitros de Santa Catarina sobre esta categoria.

2.4 AUTO-ESTIMA

Abordar o tema auto-estima demanda, nesta pesquisa, buscar nas áreas da psicologia, da educação e de outras áreas de conhecimento, um maior entendimento, uma vez que no âmbito da Educação Física, poucas são as produções veiculadas sobre esta temática. Nesse tópico tratar-se-á sobre algumas definições, conceitos atribuídos à ela; componentes que a constitui e como na função da arbitragem e, particularmente, do árbitro envolvido nesse contexto, estes conceitos, em especial, são aplicados.

Branden (2000), numa definição ainda preliminar, utiliza a palavra “confiança” para designá-la e a atribui como a nossa capacidade de pensar; nossa habilidade de enfrentamento dos desafios da vida; nosso direito de vencer e de sermos felizes, ainda destaca como essência da auto-estima, “a confiança nas próprias idéias e saber-se merecedor da felicidade” (p.22). Esta convicção/confiança é tanto um fator motivacional, quanto de comportamento. Para ele, o nível da auto-estima influencia os atos e, o modo como age-se, influencia por sua vez, o nível da auto-estima. Entretanto, o nível da auto-estima não é fixado definitivamente na infância. Ele pode ter um crescimento à medida que ocorra um amadurecimento ou pode deteriorar-se; assim como, a auto-estima pode ser mais alta em pessoas de menor idade do que de maior e, o inverso também ocorrer. “A auto-estima pode aumentar e diminuir, e voltar a aumentar ao longo da vida” (idem, p.57).

Uma auto-estima elevada possibilita ter/ser mais persistência/persistente frente às dificuldades; traçar desafios e estímulos de metas mais exigentes; mais preparos para trabalhar os entraves que surgem no cotidiano, sejam eles pessoais e profissionais; mais aspirações se esperam experimentar/vivenciar na vida; maior a

disposição em construir relacionamentos que dá sustentação, vitalidade, expansividade e, segundo Branden (2000, p. 24),

A auto-estima saudável correlaciona-se com a racionalidade, realismo, intuição, criatividade, independência, flexibilidade, habilidade para lidar com mudanças, disponibilidade para admitir (e corrigir) erros, benevolência e cooperação. A auto-estima baixa correlaciona-se com irracionalidade, cegueira diante da realidade, rigidez, medo do novo e não-familiar, conformismo ou rebeldia impróprios, postura defensiva, comportamento por demais submisso ou supercontrolador e medo dos outros ou hostilidade em relação a eles.

No que diz respeito ao significado da auto-estima, ainda Branden (2000), apresenta dois componentes que estão inter-relacionados: **a auto-eficiência** (senso de confiança frente aos desafios da vida) e **o auto-respeito** (senso de merecer a felicidade). A **auto-eficiência** compreende confiar no seu funcionamento mental, na sua capacidade de pensar, raciocinar, conhecer, julgar, entender, aprender, escolher e tomar decisões; confiar na sua capacidade para compreender os fatos da realidade que o cerca; é segurança; é competência. O **auto-respeito**, é um componente valorativo, de valor enquanto ser humano, pessoa; é sentimento, vontade, sensação, prazer, satisfação dos seus direitos, das suas idéias, porém sem conotação de perfeição, superioridade alheia. Auto-eficiência e auto-respeito são, portanto, os dois pilares da auto-estima saudável ou elevada; se houver ausência de um, ela estará comprometida, uma vez que eles não representam significados derivados ou secundários dela, mas sua essência. Assim, o autor apresenta uma definição formal de auto-estima que é “a disposição para experimentar a si mesmo como alguém competente para lidar com os desafios básicos da vida e ser merecedor da felicidade” (p. 50).

Outro elemento trazido pelo autor e que merece uma reflexão, ainda que breve nesta pesquisa, diz respeito ao orgulho. Para Branden (p.67),

se a auto-estima diz respeito à vivência de nossa competência e de nosso valor fundamentais, o orgulho refere-se ao prazer mais explicitamente consciente que sentimos por nós mesmos, por causa de nossos atos e realizações. A auto-estima contempla o que é preciso ser feito e diz: 'Eu posso fazer'. O orgulho contempla o que foi feito e afirma: 'Eu fiz'".

Outro autor, que busca estudar a essência da relação entre a inteligência emocional e a auto-estima, é Sabbi (1999, p.141), que apresenta a seguinte definição:

Auto-estima é o conjunto de crenças que temos e aceitamos como verdade em relação a nós mesmos, nossa capacidade e o que podemos fazer. Inclui a confiança para pensarmos e enfrentarmos os desafios da vida, nossa vontade de crescer e sermos felizes, a integridade pessoal, a sensação de sermos merecedores, dignos, qualificados para expressarmos nossas necessidades e desejos e desfrutarmos os resultados de nossos esforços (...).

Para Sabbi (1999), há uma série de indícios físicos, emocionais e psicológicos que retratam se a pessoa tem uma auto-estima saudável ou boa, como por exemplo: atitude física relaxada; postura correta e equilibrada; amor próprio; auto-aceitação; segurança; autoconfiança e capacidade de confiar nos outros; determinação; saber o que quer, entre outros. Muitos destes indicadores também foram considerados por Branden (2000) e Voli (1998).

Voli (1998), que estuda a auto-estima do professor, observa que o termo *auto-estima*, no âmbito educacional, historicamente é recente, ressaltando que nos idiomas italiano e francês, ele ainda não existe “e o conceito faz parte das características mais gerais e, ao mesmo tempo, mais limitadas de auto-imagem ou autoconceito positivo ou negativo” (Voli, 1998, p. 49). Traz em sua obra, a definição de auto-estima postulada pelos estudos de uma comissão de especialistas da Califórnia (psicólogos, sociólogos e pedagogos), qual seja: “apreciação do próprio valor e importância, e compromisso do indivíduo em assumir a responsabilidade por si mesmo e por suas relações intra e interpessoais” (p. 52).

Durante as pesquisas desta comissão, descreve o autor, sustentou-se que a auto-estima, mesmo que trate de um conjunto de características e atitudes internas do indivíduo, ela **“manifesta-se e desenvolve-se habitualmente no contexto de sua vida social, como a família, a escola, o trabalho etc.”** (p.53). Continua sua reflexão, afirmando que na realidade, a interação do indivíduo consigo mesmo depende, geralmente, de sua situação social e atuação social que, por sua vez, reforça e incute o seu estado interior. Portanto, afirma o autor **“a auto-estima não pode ser, simplesmente, um sentimento de auto-satisfação, dada sua grande relevância nas relações com os outros e com o meio”** (p.53).

Acompanhando essa linha de raciocínio, ou seja, de que a auto-estima não é somente auto-satisfação, autoconfiança, mas que ela é determinada, também, por influências do meio em que vive, sejam estas de ordem econômica, social, cultural, entre outras, percebe-se que as tensões (xingamentos, palavrões, por ex.), as pressões (poderio econômico dos patrocinadores de clubes ou jogadores, por ex.) provocadas pelo meio esportivo - ou melhor exemplificando, um jogo de futebol -, em que atua um árbitro de futebol, podem afetar sua auto-estima, que se refletirá na sua atuação, no seu desempenho em campo e, por sua vez, em si, como indivíduo e cidadão. Nesse sentido, concorda-se com Nazareno (1997, p.89), quando afirma que na atualidade, o maior problema da arbitragem de futebol

Não é como muitos pensam, a incapacidade destes de acompanhar com maior precisão o jogo que se torna cada vez mais veloz e melhor percebido para quem possui a tecnologia (televisiva) para ver, mas, a insegurança e instabilidade emocional causada pelas fortes pressões exercidas no âmbito mais abrangente deste esporte, ou seja, não apenas a partir do que ocorre no interior das quatro linhas do campo de jogo.

Pode-se destacar outro elemento que emerge destas pressões, que é a auto-imagem do árbitro.

Sobre a imagem que convém ao árbitro, Montiel (1998) assinala quatro elementos que considera fundamental, destacando que a construção da sua imagem se dá no campo de jogos: seriedade, honestidade, respeitosa autoridade e imparcialidade. Para ele, o árbitro não tem o que temer, pois conhece as regras e conta com a confiança dos seus dirigentes; só precisa cumprir o seu trabalho *sem inventar* táticas. Além destes elementos, também há o de querer ser o centro das atenções, pois os artistas, os protagonistas são os jogadores ou, na linguagem usual da arbitragem, *quanto menos o árbitro aparecer, melhor será o jogo*. O autor exemplifica algumas situações que podem levar o árbitro a jogar por terra todo o seu trabalho durante o jogo: “uma inoportuna ‘piada’ nos corredores dos banheiros, a ingênua cedência aos microfones de qualquer jornalista (...), a incorreção da linguagem em momentos proibidos“, entre outros.

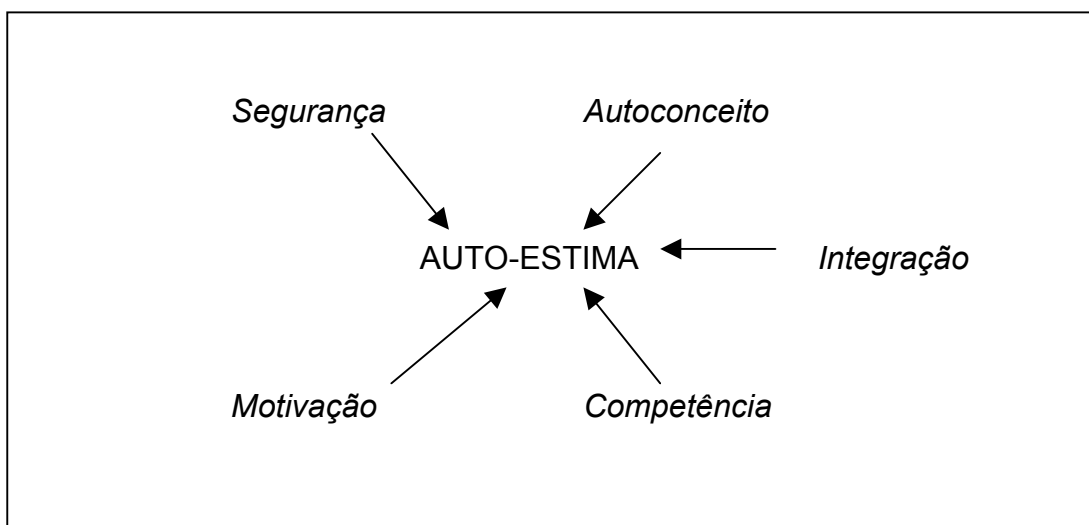
Segundo Zani (1998), desenvolver a auto-imagem é alimentar a certeza de que é capaz de levar uma vida plena e realizada, sem se preocupar com a imagem que deva ser apresentada à sociedade, seja ela, uma imagem estimulante, inquietante ou decepcionante.

Retorna-se a Voli (1998), para evidenciar a importância de cinco componentes básicos que ajudarão o indivíduo em sua auto-análise, sua auto-imagem, sua auto-estima: segurança, autoconceito, integração, competência e motivação. O autor afirma que esses componentes contribuem de forma interdependente na formação da personalidade do indivíduo. Ao se trabalhar com eles, ou apenas alguns deles, o sujeito terá meios de conectá-los com sua forma de atuar, de relacionar-se consigo mesmo e com as pessoas que o rodeia.

O autor aborda, baseado em sua própria situação profissional, que com relação aos cinco componentes, “aquele que não adquiriu suficiente maturidade, autoconceito, integração, motivação e competência desde a infância manifesta de forma mais ou menos evidente algumas lacunas em suas estratégias existenciais” (idem, p. 68).

Com o objetivo de dar visibilidade ao que o autor escreve, busca-se na figura 1 apresentar as relações que existem entre os componentes no processo de desenvolvimento da auto-estima.

FIGURA 1. A AUTO-ESTIMA E SEUS COMPONENTES



Para se obter maior entendimento sobre estes componentes, procurar-se-á abordar cada um deles, analisando e discutindo.

2.4.1. SEGURANÇA

O sentimento de segurança é uma qualidade básica da auto-estima, a pessoa segura de suas possibilidades atreve-se a agir e, agindo, obtém resultados, mesmo que seja apenas uma aprendizagem para que o mesmo erro não se repita em outra ocasião.

Voli (1998) cita que "não há ação ou reação do indivíduo que não seja resultante de maior ou menor segurança pessoal, familiar, profissional, religiosa, social etc" (p.70). O autor descreve que a segurança se torna também elemento motivacional, que estar seguro de si é sentir-se com liberdade de pensamento, de ação, de julgamento, de análise mais efetiva, diante de situações ou contextos. Continua, assinalando que a insegurança gera limitações de atitudes, de conhecimentos; gera indecisões, inibe a capacidade criativa, construtiva do indivíduo. Como o autor estuda questões que envolvem a área educacional, ele argumenta que a insegurança pode originar-se de diversas situações de vida, sejam elas: educacionais, infantis, econômicas, sociais entre outras.

Neste raciocínio, pensar-se na atuação do árbitro, um mínimo de insegurança que ele apresenta, pode desencadear inúmeras dificuldades de "controle" do jogo, dos jogadores e, conseqüentemente, em si também desencadeiam descontroles, resistências, nervosismo, estresse, dificuldades de se aceitar e/ ou aceitar mudanças.

Os árbitros seguros acreditam neles próprios e nas suas capacidades para resolverem situações desafiantes, assim como a tomarem decisões perante situações com que se deparam nas partidas que atuam.

Montiel (1998), ao refletir a paixão do jogo e o medo de errar, analisa que na arbitragem, "o bom árbitro não é aquele que comete menos erros, mas aquele em que

o valor do seu trabalho compensa largamente os eventuais desacertos pontuais” (p. 45). Após análise deste conceito, em que considera ”o erro como sinal do caráter humano da função da arbitragem (...)“ , o autor afirma que, ao avaliar ou ser avaliado, deveria ter-se em conta a frase já citada.

Por entender que o medo de errar é ou pode gerar insegurança, algumas reflexões efetuadas pelo autor, vêm contribuir para o aprofundamento desta pesquisa. Segundo o mesmo, o medo está envolto num conjunto de fenômenos psicológicos muito mais abrangente. Para tanto, refere-se às *paixões (ou tendências ou impulsos)*, lembrando que a existência delas “não é um fator negativo, porque o que seria doentio era permanecer insensível ao bem e ao mal” (p. 47).

Continua refletindo Montiel (1998) que, além do medo pode-se ter presentes outras

‘paixões’ que também podem influenciar o trabalho do árbitro. Nomeadamente, uma simpatia por um clube pode inclinar inconscientemente o juiz da partida a favorecer ou a ser mais severo; o desagrado perante o mal comportamento de certo jogador ou de determinado banco de reservas, pode fazer oscilar certa decisão contra essa equipe(para que aprendam!) ou a seu favor (para que não aborreçam mais !). Como acontece com o medo, estes impulsos podem conduzir eventualmente ao erro (...) (p. 47).

No que se refere à submissão das paixões (e, portanto do medo) à razão e à vontade, diz o autor - numa análise sobre o naturalismo, que defende as paixões humanas sem controles, sem freios, porque seria antinatural e traumatizante –

é falso, porque o que é natural no homem é que as paixões sejam submetidas ao bom governo da vontade iluminada pela razão. É natural que muitas vezes se tenha que agir com medo; não é natural atuar por medo (...). O árbitro, como qualquer homem na sua vida, deve continuamente dominar e controlar o medo e as paixões de simpatia ou antipatia que o possam desorientar no seu agir (p. 48).

Weinberg & Richardson (1990), ao escreverem um texto sobre autoconfiança, sublinha a dificuldade em se definir a palavra confiança, apresentando a definição

dada pelos psicólogos do desporto como: "...a crença de que se consegue realizar com sucesso um comportamento desejado" (p.125). Considera como aspecto mais significativo da autoconfiança, a credibilidade na sua capacidade de realizar tarefas.

Ao se deparar com uma partida de futebol, na maioria das vezes o árbitro, por mais que se esforce perante os jogadores e técnicos, estará 50% das vezes errado, como afirmam Weinberg & Richardson, reforçando assim a idéia que o "bom" árbitro necessita manter a autoconfiança para poder confiar na sua capacidade de realizar a tarefa de arbitrar e mesmo que erre, transmitirá esta segurança aos atletas e técnicos, fazendo com que todos o respeitem e às suas decisões também.

Os autores ressaltam que "os árbitros confiantes acreditam neles próprios e nas suas capacidades para resolverem situações desafiantes e tomarem decisões perante situações com que se deparam, durante eventos esportivos" (p.126). Segundo os autores, esta confiança os auxiliará a serem mais efetivos, devido ao crescimento de suas capacidades, naquilo que eles classificam como características de uma arbitragem confiante: concentração, controle, estabelecimento de objetivos e persistência.

No duo, confiança e desempenho, os autores destacam que "o desempenho melhora à medida que o nível de confiança também melhora (...)" ; que os árbitros auto-confiantes "possuem o conhecimento dos seus limites e as respectivas expectativas são realistas. Assim, possuir autoconfiança não implica necessariamente a garantia de que se terá um bom desempenho, mas é essencial para alcançar o respectivo potencial como árbitro "(p. 127).

Por fim, apresentam-se as seguintes estratégias para o desenvolvimento da autoconfiança: fomento de pensamentos positivos ("vou conseguir"); aparentar confiança, inclusive quando existe dúvida; imaginar o sucesso; acumular experiências

pessoais positivas; ter e demonstrar uma boa condição física e cuidar da preparação próxima do jogo, táticas que podem melhorar em muito, a construção de uma autoconfiança.

2.4.2 AUTOCONCEITO

O autoconceito, Voli (1998) conceitua como sendo o modo como se vê, como percebe-se enquanto indivíduo ou enquanto pessoa. Para ele, geralmente, o autoconceito começa a se formar no nascimento, através da percepção que fazem da criança e do tratamento dado pelos pais, pela família.

Nessa linha de raciocínio, acrescenta-se o reflexo da condição social, econômica e cultural em que vivem os homens, pois entender o universo interior requer que se entenda o universo exterior, uma vez que são dois aspectos de uma mesma ordem, de um processo no qual o homem age e constrói/transforma o mundo e esse mundo, todavia, proporciona subsídios para a constituição psicológica do homem e aqui, nessa pesquisa, na constituição da auto-estima, do autoconceito do homem.

Voli (1998), apresenta algumas características do indivíduo com **autoconceito limitado** (preocupação excessiva em agradar os outros; dificuldade em expressar sentimentos e emoções; usa de desculpas ou mentiras para justificar determinado comportamento; sente-se vítimas das circunstâncias, entre outras) e **bom autoconceito** (confiança em si e nos outros; preparado para assumir suas próprias responsabilidades; pronto para tomada de decisões; não teme críticas, entre outras), destacando que essas “variam em medida e consistência, de acordo com os diferentes históricos e fatores vivenciais, psíquicos e ambientais de cada um”.

Para Machargo (1991, p. 33), o autoconceito não é inato, ou seja, não se nasce com um conceito sobre si mesmo, ao contrário, “ele é construído e definido ao longo do desenvolvimento graças a influência de pessoas significativas do ambiente e das próprias experiências de sucesso e de fracasso”. Escribano & Sanchez (1999) expressam “que o autoconceito é a atitude valorativa que um indivíduo tem sobre si mesmo, sobre sua própria pessoa”(p. 13),constituindo-se desta forma, em um componente essencial para a saúde psíquica do indivíduo. Percebe-se que esses conceitos ainda estão restritivos ao universo interior, o que implica numa naturalização do autoconceito. Parafrazeando Bock (2001, p. 22), é “algo que lá está como possibilidade, quando nascemos; algo que deverá ser fertilizado por afeto, estimulações adequadas e boas condições de vida, mas que lá está, pronto para desabrochar”.

Mosquera (1984, p.39), cita que “a auto-estima e a auto-imagem são decorrentes do autoconceito, do qual deriva grande parte do processo de humanização”. Por autoconceito, ele define:

A capacidade do ser humano poder ver a si mesmo, é uma elaboração interna feita através de elementos externos provenientes da socialização (...). É antes de mais nada ideológico, pressupõe na sua capacidade toda uma concepção filosófica que o indivíduo desenvolve a partir da sua história, dinâmica e valor social (idem, p.55).

A partir do entendimento do autor, pode-se inferir que o autoconceito tem um forte sentimento valorativo, positivo ou negativo, que a pessoa tem de si própria, construído com o elemento interno e externo do meio social.

2.4.3 INTEGRAÇÃO

Esse componente da auto-estima diz respeito ao convívio social do indivíduo, seu entrosamento com o meio que o rodeia, suas relações afetivas, profissionais.

Para Voli (1998, p. 83), a integração e sentimento de pertença significam sentimentos de bem estar, sentimento de satisfação em conviver com as pessoas; “sentir que fazemos parte de um grupo familiar, de amigos, de trabalho, de diversão, de estudo, etc. e, que de alguma maneira, contribuímos para ele”.

Ainda segundo o autor, são essas e dessas relações sociais, que dependem o desenvolvimento dos componentes que constituem a auto-estima. Nesse sentido ele vai dissertando sobre a solidão das pessoas que vivem em grandes centros urbanos, o que pode gerar uma baixa auto-estima; o papel da escola, do ensino, o trabalho do professor como agente facilitador da convivência, do relacionamento humano; das pessoas que têm facilidade de entrosamento social, entre outros.

Apresenta como características que se manifestam nos indivíduos com fraco sentimento de integração: isolamento das pessoas; dificuldade em iniciar e manter amizades; indisposição em compartilhar, principalmente em ambientes nos quais não se sente à vontade, por exemplo. No entanto, para Voli (1998), o indivíduo que tem facilidade de integração, apresenta, entre tantas, algumas dessas características: habilidoso em compartilhar, cooperar, compreender as pessoas; compreensivo aos conceitos de colaboração, contribuição, participação; aberto às pessoas sem pré-conceitos.

No que diz respeito à atuação da arbitragem, esse elemento integrativo, de respeito mútuo, de cooperação é essencial, pois o sucesso ou fracasso dessa, depende de um quarteto de arbitragem, ou no exemplo de Montiel (1998, p.35), não é preciso que “o piloto e o co-piloto de um avião sejam ‘amigaços’, mas só – e que não é pouco! – que sejam profissionais competentes, dedicados e positivamente

cooperantes na missão que lhes foi confiada. Assim, dando tempo ao tempo, sem forçar, depois de muitas horas de vôo, até podem chegar a ser amigos. Por vezes, acontece...”.

Sobre a inserção do árbitro na sua modalidade, Lima (1982) entende que ela é uma condição necessária ao desenvolvimento do esporte e um fator significativo na transformação das relações do próprio árbitro com as demais pessoas vinculadas ao mundo esportivo em geral. No entanto, reflete sobre o que acontece com este aspecto. Diz ele que a proximidade dos árbitros junto aos atletas, treinadores e dirigentes só ocorre quando atuam nas competições ou no jogo. Assim mesmo, esse relacionamento com os competidores é formal, visto que “as suas intervenções têm de ser, neste quadro temporal, totalmente isentas de interpretações erradas e de situações suscetíveis de o colocar em posições vulneráveis a críticas de má-fé” (p.113). Continuando o seu raciocínio, o autor ressalta que

para além desta proximidade nas competições, não se vive qualquer situação em que, na mesma modalidade, árbitros, treinadores, dirigentes e atletas se aproximem num relacionamento que os leve a tratar dos problemas comuns e a discutir as questões que interferem com a modalidade e que se cruzam na atividade específica de cada um (idem, p.113).

Concorda-se com o autor que nesse contexto, o árbitro é a pessoa que mais vive fora da sua modalidade e que só se relaciona com seus pares. Conseqüentemente e contraditoriamente, ele tem sido ou é, “um exilado (grifo do pesquisador) dentro da modalidade em que atua (...), ele é um ‘emigrante’ que anda de recinto em recinto para dirigir as competições e que fica isolado (grifo do pesquisador) das outras realidades da sua modalidade” (idem). Por muitas vezes ele é um ‘fugitivo’, pois após dirigir o jogo, ainda tem de apelar para o aparato das autoridades para proteger-se.

Entende-se que todas essas adjetivações assinaladas e, somando-se as exigências da imparcialidade e neutralidade na arbitragem, pode-se dizer que essas têm repercussões na sua vida como cidadão e não somente como árbitro, ocasionando, por sua vez, problemas de ordem emocional, social, profissional, e que acaba se tornando, possivelmente, em elementos imperativos na condução de sua vida como cidadão.

Feita esta reflexão, volta-se para (Lima, 1982) que faz as seguintes indagações: quem defende os árbitros? quem deveria defendê-los? Sua resposta está em que essa defesa deva ser de responsabilidade de todos aqueles que não dispensam a arbitragem para a realização das competições; do respeito pela arbitragem por parte daqueles que a exigem como condição necessária à oficialização dos resultados, ou seja, associações, federações, clubes atletas, treinadores, dirigentes, público em geral e acrescentaria, imprensa escrita, falada e televisionada. É preponderante que os árbitros mostrem-se também preocupados com a sua inserção, porque é num trabalho conjunto que se criam condições para tal.

2.4.4 MOTIVAÇÃO

O ser humano em geral, age baseado em algumas motivações que fazem sua atuação parecer oportuna, necessária ou inevitável. Isto significa que quando criam-se motivações suficientes para modificar determinado comportamento ou ações, faz-se tudo para consegui-lo.

Voli (1998, p. 91) afirma que “o principal elemento de motivação é o prazer e a fé em sermos capazes de fazer aquilo a que nos propomos, quando estamos convencidos do que queremos”. Destaca como características de baixo senso de

motivação a demonstração de falta de iniciativa; sentimento de inutilidade e incapacidade de buscar e alcançar seus objetivos; dificuldades em tomadas de decisões; não apresenta preocupação com a qualidade do trabalho, entre outras. Por sua vez, quando há um alto senso de motivação, sente-se disposto a empreender outras e novas atividades e a buscar soluções e alternativas; usa de criatividade para desenvolver suas capacidades; é ativo, entre outras.

Ao se deparar com a função de árbitro de futebol, acredita-se que o fator motivacional é de suma importância, devido a quantidade de pressões a que está exposto antes, durante e depois de uma partida. A motivação é um elemento que reflete na sua concentração. De acordo com estudos realizados no âmbito da arbitragem, Araújo (1998, p. 111) afirma que “quanto mais intenso ou importante for o estímulo, menor a motivação que o árbitro precisará para manter a concentração”. Inversamente, quanto menor a intensidade ou importância do estímulo, maior será a motivação necessária para que mantenha a sua concentração.

É importante salientar que em todas as partidas, os jogadores, técnicos e dirigentes esperam que o árbitro esteja no seu melhor nível de motivação, para manter as diretrizes do jogo.

Montiel (1998) apresenta alguns dos valores humanos que devem acompanhar uma motivação para arbitrar bem, qual seja, a alegria e o equilíbrio interior. Por *alegria*, entende ser uma manifestação de motivação. Por *equilíbrio interior*, designa ser “a virtude de uma personalidade bem desenvolvida, saber gerir as emoções e submetê-las à uma vontade firme e por uma razão bem esclarecida” (p.93). Elege como fatores preponderantes dessa alegria e equilíbrio interior o “centrar a realização pessoal no serviço que se oferece (...); fomentar em si um pensamento positivo (...) e fazer participar os outros do nosso mundo interior” (p.91-92). Para ativar esses dois

valores, o autor analisa as chamadas motivações intrínsecas – o gosto, o prazer de arbitrar – e as motivações extrínsecas da arbitragem – fama e dinheiro, que são *fatores alheios* à essência da própria arbitragem. Chama a atenção sobre a correlação entre elas e, respectivamente, os objetivos que se almejam.

Assim como Montiel (1998) e também Weinberg e Richardson (2000) acentuam que o estabelecimento de objetivos tem um papel determinante na motivação e empenho do árbitro, pois fornecem um caminho e um desafio para o futuro; contribuem no estabelecimento daquilo que é importante; aumentam o esforço e orientam a atenção.

Segundo Montiel (1998), é mais fácil motivar-se pelo lucro, entretanto ela se torna superficial dado que: “rapidamente desaparece quando surgem as dificuldades; conforma-se em cumprir sem procurar a excelência e torna enfadonha a própria atividade” (p.95).

Outras divisões de motivações são apresentadas pelo autor, como: positivas e negativas e individual e grupal. No que se refere à primeira, afirma que “a diferença está na *facilidade* oposta à eficácia *imediate*. O árbitro que entra em campo motivado pela sua participação no espetáculo, cumprirá mais facilmente sua função. Aquele que está receoso das pressões do ambiente ou da *nota* do Observador, estará com maiores *cuidados*” (p.96). Com relação à segunda categoria de motivação, ressalta que elas não são incompatíveis, ao contrário, são necessárias. A individual porque há “uma diversidade entre as pessoas e as suas circunstâncias que aconselha este tipo de atenção personalizada” (p.97). A grupal porque as exigências que são feitas a um, são iguais para todos.

Enquanto Montiel (1998) apresenta as categorias motivacionais, Weinberg e Richardson (2000) apresentam quatro estratégias de motivação, ou seja, “encontrar

modelos que o inspirem; recompensar-se a si próprio por uma tarefa bem desempenhada; desenvolver uma rede de suporte social e estimular a sua motivação intrínseca” (p.72-74)

Em decorrência das críticas acirradas aos seus erros e das discretas percepções de seus acertos, tudo é pouco para colaborar e contribuir para a motivação do árbitro.

2.4.5 COMPETÊNCIA

Voli, (1998, p.97), utilizando-se da máxima de Sócrates “de que tudo o que sei é que nada sei”, considera importante que reconheçamos “em nós mesmos o muito que sabemos e, ao mesmo tempo, o muito que poderemos aprender ao longo da vida”. Continuando, diz o autor:

afirmar que nada sabemos é uma forma de não reconhecer o que já fizemos até então para aprender a melhorar (...). No sentido de competência intervém a consciência de que aprendemos, somos capazes de aprender, estamos aprendendo continuamente e temos um potencial de aprendizagem ilimitado. Sentir-se competente faz parte da consciência do próprio valor e importância e aumentar continuamente esta competência é uma decisão de cada um, em função de sua auto-estima (p.97).

Destaca o autor, como algumas das características de um indivíduo competente: quando esse compartilha seus gostos, idéias, opiniões com os demais; busca sua auto-superação; aceita desafios, riscos; é criativo; seguro, convicto em suas argumentações, entre outros.

Em concordância com o autor, assim como é para o professor, é também para o árbitro, de que “a competência é um forte elemento motivador de segurança

profissional e de seu autoconceito como mestre” (p.97), e nesse caso específico, como árbitro.

Nota-se que ao falhar em alguma intervenção, continua o autor, seu senso de competência começa a abortar, afetando sua motivação para almejar um maior crescimento pessoal e psíquico e, conseqüentemente, refletindo sobre seu autoconceito, segurança, motivação e integração.

Voli (1998, p.98) acredita que se o indivíduo “se limita a ser competente apenas em sua matéria, deixa de estender sua gama de experiências e conhecimentos a outras áreas e não consegue, assim, elevar sua auto-estima para tornar-se realizador em todos os campos”.

Uma atividade profissional é só uma parte da vida e a atuação vivencial de cada um deve permitir os mais livres e amplos horizontes de experiência e competência. Acredita Voli (1998) que tal situação eleva a segurança, o autoconceito, a integração, a motivação e, conseqüentemente, a auto-estima do indivíduo.

Importante tecer aqui algumas considerações sobre outro fator relacionado à competência, que é a autoridade, visto ser um elemento constitutivo na atuação e na personalidade do árbitro. Pode-se dizer que autoridade e competência são atributos que se relacionam, se interdependem. A autoridade pode ser demonstrada pela competência argumentativa, pela segurança, confiança dos atos, das ações, por exemplo; pôr sua vez, a competência pode dar à autoridade, e essa, não necessariamente, pode dar o “poder”.

Ter poder, indubitavelmente tem o árbitro por ser árbitro. Ter autoridade? Isto é que não está garantido. Sobre a educabilidade da autoridade, Montiel (1998) aborda os extremos de uma autoridade deficiente, assinalando o autoritarismo e a subserviência. Compreende como autoritarismo “o abuso do direito de domínio; pela

subserviência a injustificada renúncia a esse mesmo direito (...). A autoridade pessoal, digna do ser humano é necessária para quem possui certo poder, situa-se entre esses dois extremos” (p.22). Ainda para o autor, a autoridade autêntica é a autoridade de qualidade que acompanha a pessoa com “prestígio” e reconhece “autoridade e prestígio à pessoa que ‘sabe o que faz e faz o que sabe’; que é perito na área da sua competência e que rege a sua atuação pelos ditames do seu saber (...), consciente da falibilidade do seu saber e do seu fazer” (p.22). Para o árbitro, *Saber o que faz* supõe um conhecimento correto das regras do jogo: tanto da ‘letra’ quanto do ‘espírito’ de cada lei; um conhecimento consciente da ação concreta que deve julgar. *Sabe o que faz*, diz o autor, “o árbitro que consegue acompanhar o jogo com a proximidade necessária, e que faz em cada momento a melhor “leitura” possível dos diversos incidentes, ‘luz dos Regulamentos” (Montiel, p.23).

Para o árbitro, *fazer o que sabe* supõe um caráter determinado, que cumpra empenhadamente aos ditames da sua consciência. “*Faz o que sabe* o árbitro que em cada momento decide implacavelmente, seguindo o que em consciência julgou justo” (idem, p.23).

Ser consciente da falibilidade do seu saber e do seu fazer supõe a aceitação de um eventual erro. Significa estar aberto ao diálogo possível e simplicidade para reconhecer e entender seus próprios erros. É necessário, segundo Montiel (idem, p.23), que nos convençamos em não solicitar ao árbitro que não erre nunca, mas “só que não erre ‘culposamente’”. (...) Com outras palavras, a autoridade exige maturidade intelectual e humana, e ascendência moral”.

Ainda explanando sobre autoridade, o autor cita três atitudes que no seu entender, auxiliam o exercício da autoridade: ser cuidadoso no cumprimento das normas técnicas e disciplinares; administrar a flexibilidade que as normas admitem,

cuidando especialmente a coerência e pautar a sua participação pela moderação. Apresenta como uma das dificuldades encontradas pelo árbitro no exercício de sua autoridade, àquelas de âmbito externo, que dizem respeito “às diversas pressões do meio ambiente, começando pelos próprios jogadores e seguindo pelo comportamento dos treinadores, do público, dos dirigentes esportivos, sem esquecer a enorme influência dos jornalistas e das ameaçadoras câmaras de televisão” (idem, p.26).

Um outro autor que analisa a competência e a autoridade do árbitro é Lima (1982, p.120), que explicita como sendo “a competência que dá fundamento e expressão real à autoridade autêntica e esta não se adquire por um simples e descuidado exercício da função de arbitrar”. Chama a atenção que a competência do árbitro necessita ser ampliada para além do contexto do jogo, indo em busca de perspectivas extra-profissionais que realcem uma visão de si mesmo e de sua vida. Conclui em seu texto que “para promover o progresso da arbitragem há, antes de mais, que dar um grande impulso à valorização humana do árbitro”(p.125).

Desta forma finalizando o referencial teórico, foram revistos os principais tópicos abordados neste capítulo. Inicialmente abordou-se a história da arbitragem, na tentativa de fornecer aos leitores uma visão geral de onde, como e porque, nasceu a arbitragem.

Em seguida, foi focado sobre as regras do jogo de futebol, como nasceram e suas interpretações; e finalizando com uma abordagem sobre a auto-estima e seus componentes: segurança; autoconceito; integração; motivação e competência, demonstrando sua importância para o fortalecimento da figura do árbitro de futebol.

CAPÍTULO III

3. METODOLOGIA

3.1. Caracterização da Pesquisa

Este estudo caracterizou-se como uma pesquisa de cunho descritivo do tipo exploratória, diagnóstica de campo, a qual segundo Triviños (1987), este tipo de pesquisa, tem por objetivo “descobrir e observar fenômenos, procurando descreve-los ,classifica-los e interpreta-los” (p.111).

3.2. Sujeitos do estudo

Os sujeitos do estudo foram os árbitros do quadro catarinense, que constavam da lista da CBF e que trabalharam no ano de 2001, cuja relação foi anunciada pela comissão de arbitragem nacional, no mês de junho. Deste modo, participaram do estudo, 26 árbitros, sendo 08 (oito) do quadro de árbitros e 18 (dezoito) do quadro de árbitros assistentes.

3.3. Instrumentos de medida

Para o presente estudo, foram utilizados dois instrumentos de medida para recolhimento de informações que possibilitaram, o primeiro, a medida de auto-estima e o segundo, a medida de percepção de competência dos sujeitos envolvidos.

O primeiro instrumento consiste em uma escala denominada Escala de Auto-conhecimento, desenvolvida por Rosenberg (1973). Esta escala compreende 10 questões distribuídas em 6 itens combinados, conforme evidência a escala (Anexo I). Este instrumento foi validado por Rosenberg (1973) com índice de 72% e adequado por Mosquera (1974) para uma pesquisa realizada no Rio Grande do Sul, realizando um teste de fidedignidade , cujo índice foi de 78%.

Segundo Rosenberg (1973) as questões estão alternadas intencionalmente no que diz respeito as respostas positivas e negativas, para que as mesmas não influenciem o examinado. As respostas positivas estão em negrito (conforme anexo II). Para que se possa atribuir um valor numérico para a auto-estima do indivíduo, o instrumento considera as respostas positivas como sendo indicadores de auto-estima baixa.

Os itens do questionário apresentam-se de forma combinada e simples. O item 1, é composto de três perguntas combinadas. Para que este indivíduo some um ponto positivo para este item, é necessário que assinale duas ou três respostas positivas. Contando uma resposta positiva apenas, ou nenhuma, o examinado soma então um ponto negativo para o mesmo item.

Quanto aos itens 2 e 3 , estes são compostos por duas questões cada . Para que o indivíduo obtenha um ponto positivo para algum destes itens, é necessário que o examinado assinale uma ou duas respostas positivamente, do contrário, recebe um ponto negativo para o item. Os itens 3, 4 e 5, são compostos por uma única questão. Se o indivíduo assinala uma resposta positiva, o mesmo então, tem um ponto positivo para o item. Se o indivíduo assinala uma resposta negativa, tem um ponto negativo para o mesmo item.

Após a pontuação dada a cada item é executada então a soma dos itens e subseqüentemente, verificado o grau de auto-estima do indivíduo. Conforme o instrumento, se o resultado, ou seja, se a pontuação final for positiva, o indivíduo apresenta auto-estima baixa. Quando for negativa o indivíduo apresentará auto-estima alta.

Para melhor entender e poder classificar de forma didática os resultados, foi criada uma tabela que classifica o grau numérico de auto-estima do indivíduo e relaciona-os com grau genéricos de auto-estima. Esta classificação pode ser visualizada na Tabela 1:

Tabela 1: Classificação do grau numérico com graus genéricos de auto-estima

Grau numérico de auto-estima	Grau genérico de auto-estima
-6	Excelente
-5 a -4	Alta
-3 a -2	Média/ Alta
-1 a 1	Média
2 a 3	Média/ Baixa
4 a 5	Baixa
6	Péssima

O segundo instrumento, para a averiguação da percepção de competência, consistiu em um questionário com perguntas fechadas, sendo 22 questões distribuídas em 10 itens que abordavam as seguintes dimensões de competências dos árbitros: questões 1 e 2, domínio das regras; questões 3 e 4, aspectos relacionais; questões 5 e 6, aspectos logísticos; questões 7 e 8, imagem pessoal; questões 9 e 10, contribuição positiva; questões 11 e 12, ações de aperfeiçoamento; questões 13 e 14, reação à crítica; questões 15 e 16, colaboração com os colegas, questões 17 e 18, credibilidade pessoal e questões 19, 20, 21 e 22 sobre a preparação psicológica. As questões continham valores de 01 a 05, onde através da média matemática, obtinha-se o valor correspondente a cada dimensão analisada, conforme Anexo I, adaptado de Weinberg & Richardson (1990). Em razão da fonte onde foi pesquisado este instrumento, não ter sido informado os índices de validade do mesmo, validade de conteúdo foi realizada com profissionais da área, 4 (quatro) mestres e 4 (quatro) doutores, com conhecimento sobre percepção de competência, obtendo-se um índice de 0,90. A clareza, foi efetuada com 28 (vinte e oito) árbitros de futebol profissional do Estado de Santa Catarina, obtendo-se um índice de 100%. A fidedignidade foi realizada, mediante o teste e reteste, em 10 (dez) árbitros de futebol profissional e o índice calculado mediante a correlação de Spearman foi de 0,89, com correlação significativa a $p < 0,01$ ($t_c = 5,48$; $t_t = 3,36$), testado mediante o teste “t” de Student específico para este fim.

Tendo em vista que o questionário original não apresentava classificação, utilizou-se a nomenclatura da escala anterior (grau numérico e grau genérico) para subdividir o questionário, conforme mostra a Tabela 2:

Tabela 2: Classificação do grau numérico com graus genéricos na Percepção de Competência.

Grau numérico	Grau genérico
Percepção de competência	Percepção de competência
10 a 08	Alta
08 a 05	Média
04 a 00	Baixa

3.4. Coleta de Dados

A coleta de dados foi feita no mês de julho de 2001, logo após a divulgação da lista oficial dos árbitros que atuaram no Campeonato Brasileiro de futebol profissional. Justificou-se a escolha do mês de julho, devido a federação se reunir com seu quadro de árbitros, antes do início do campeonato Brasileiro.

Os instrumentos de coleta de dados foram aplicados pelo próprio pesquisador. A data, local e horário foram previamente agendados, com os sujeitos. A coleta foi feita coletivamente em uma sala da Embratel- Florianópolis, no dia da conferência Nacional dos árbitros, quando todos estavam reunidos, facilitando assim a aplicação para os mesmos.

3.4.1 Tratamento Estatístico

Os dados foram trabalhados utilizando-se da estatística descritiva e não-paramétrica, conforme os objetivos específicos, onde para investigar o grau de auto-estima dos árbitros de futebol profissional e verificar o grau de percepção de competência dos árbitros de futebol, utilizou-se a frequência simples. Para comparar os níveis de auto-estima, entre as diferentes especialidades de arbitragem e para verificar a associação entre a auto-estima e o tempo de prática de arbitragem, foi utilizado o teste Qui-Quadrado a $p < 0,05$, por fim, para verificar a relação entre a auto-estima e a percepção de competência dos árbitros de futebol, aplicou-se a correlação Spearman a $p < 0.05$.

CAPÍTULO IV

4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo trata da apresentação dos dados e discussão dos resultados obtidos durante a pesquisa. Primeiramente estão expostos os quadros e comentários referentes a caracterização dos árbitros e árbitros assistentes participantes neste estudo.

QUADRO 1: CARACTERIZAÇÃO DOS ÁRBITROS

Sujeito	Sexo	idade	Grau de instrução	Profissão (área de atuação)	Tempo de prática
1	Masc	42	2º grau	Rep. Comercial	13 anos
2	Masc	31	Especialização	PoliciaI militar	7 anos e 8 meses
3	Masc	41	3ºgrau incompleto	Comerciante	8 anos
4	Masc	33	2º grau	Autônomo	7 anos
5	Masc	32	3ºgrau	Administrador	5 anos
6	Masc	33	3ºgrau	Advogado	12 anos e 7 meses
7	Masc	29	3ºgrau	Professor	5 anos e 6 meses
8	Masc	24	3ºgrau	Advogado	7 anos e 1 mês

De acordo com o quadro 1, nota-se que todos os árbitros são do sexo masculino, fato que ocorre, devido a restrita participação feminina na função de arbitro. A média de idade dos árbitros é de 33,1 anos e tempo de prática médio de 8,3

anos, mostrando que árbitros com pouca vivência de arbitragem, tem poucas chances de chegar ao quadro nacional da CBF. Em relação as áreas de atuação profissionais dos mesmos, a grande maioria são profissionais liberais, tendo como grau de instrução, no mínimo, o segundo grau completo (condição obrigatória para integrar o quadro de árbitros) e muitos já concluíram um curso superior, demonstrando a preocupação no crescimento intelectual dos mesmos.

QUADRO 2 : CARACTERIZAÇÃO DOS ÁRBITROS ASSISTENTES

Sujeito	sexo	idade	Grau de instrução	Profissão (área de atuação)	Tempo de prática
1	Fem	31	3ºgrau	Professor	6 anos e 5 meses
2	Masc	36	3ºgrau	Eng. Civil	11 anos
3	Masc	40	3ºgrau	Professor	10 anos
4	Masc	24	3ºgrau	Func. Público	6 anos
5	Masc	40	Especialização	Professor	12 anos
6	Masc	32	2º grau	Ger. de Produção	7 anos
7	Masc	41	2º grau	Comerciante	13 anos e 5 meses
8	Masc	28	Especialização	Professor	7 anos e 3 meses
9	Masc	33	3ºgrau incompleto	Func. Público	8 anos
10	Masc	29	Especialização	Advogado	8 anos e 6 meses
11	Masc	33	3ºgrau incompleto	Professor	5 anos e 8 meses
12	Masc	35	3ºgrau	Professor	4 anos
13	Masc	34	3ºgrau incompleto	Func. Público	6 anos e 8 meses
14	Masc	40	2ºgrau	Comerciante	14 anos
15	Masc	37	3ºgrau	Policial militar	15anos
16	Fem	32	2ºgrau	Comerciário	3 anos e 8 meses
17	Masc	35	3ºgrau	Policial militar	7 anos
18	Fem	31	3ºgrau	Bancário	8 anos

De acordo com o quadro 2, nota-se que nem todos os árbitros assistentes são do sexo masculino, existem três do sexo feminino, fato que ocorre, devido ao aumento da participação feminina na função de arbitro assistente, onde a uma melhor aceitação por parte dos atletas e dirigentes. A média de idade dos árbitros assistentes é de 33,9 anos e tempo de prática médio de 8,6 anos, mostrando que árbitros assistentes em comparação com os árbitros, têm uma maior média de idade e de prática. Em relação as áreas de atuação profissionais dos mesmos, a grande maioria são profissionais liberais, tendo como grau de instrução, no mínimo, o segundo grau completo (condição obrigatória para integrar o quadro de árbitros assistentes) e a grande maioria, 12 (doze) já terem concluído um curso superior, demonstrando a preocupação no crescimento intelectual dos mesmos, assim como nos árbitros.

Deve-se lembrar que o primeiro objetivo específico do estudo foi o de identificar o grau de auto-estima e percepção de competência nos árbitros de futebol profissional, desta forma passa-se a discutir os dados.

QUADRO 3: AUTO-ESTIMA E PERCEPÇÃO DE COMPETÊNCIA DOS ÁRBITROS

Sujeito	Percepção de competência	Grau de Auto-estima
1	Alto	Alto
2	Alto	Alto
3	Alto	Médio
4	Alto	Alto
5	Alto	Alto
6	Médio	Médio
7	Médio	Alto
8	Alto	Alto
Total	$\frac{3}{4}$	$\frac{1}{4}$

De acordo com os resultados obtidos em relação a identificação do grau de auto-estima dos árbitros, verifica-se que a grande maioria dos sujeitos pesquisados apresenta um alto nível de auto-estima, fato este que vai ao encontro de Voli, (1998, p. 53) que define auto-estima como “apreciação do próprio valor e importância e compromisso do indivíduo em assumir responsabilidades por si mesmo e por suas relações intra e interpessoais” .

A função do árbitro requer várias qualidades para o bom desempenho de seu trabalho. Sobre isso, Serpa apud Araújo (1998) afirma que:

a associação do bom árbitro se atem: a importância de ser consistente, criterioso em suas decisões, não demonstrar insegurança; manter-se calmo e emocionalmente controlado, não deixando se influenciar por qualquer tipo de pressão; procurar sempre se ater a atitudes positivas , para que situações adversas não o impeçam de fazer julgamentos de forma justa se apoiando nas regras do jogo .(p. 190)

É importante salientar que o árbitro sofre diversos tipos de pressão, vindo de dirigentes, atletas, torcedores, mídia, entre outras. Estas pressões acarretam algum tipo de instabilidade emocional, e que podem contribuir para um mau desempenho dentro de campo.

A função de arbitrar requer um nível de auto-estima alto, diante das diversas e adversas situações que o mesmo necessita enfrentar.

Branden (2000) afirma que dentro de cada pessoa haverá inevitáveis flutuações nos níveis de auto-estima, assim como há flutuações em todos os estados psicológicos. Ao fazer tal afirmação, o autor, não vê a auto-estima como um estado final e sim como uma disposição para se vivenciar de uma determinada maneira,

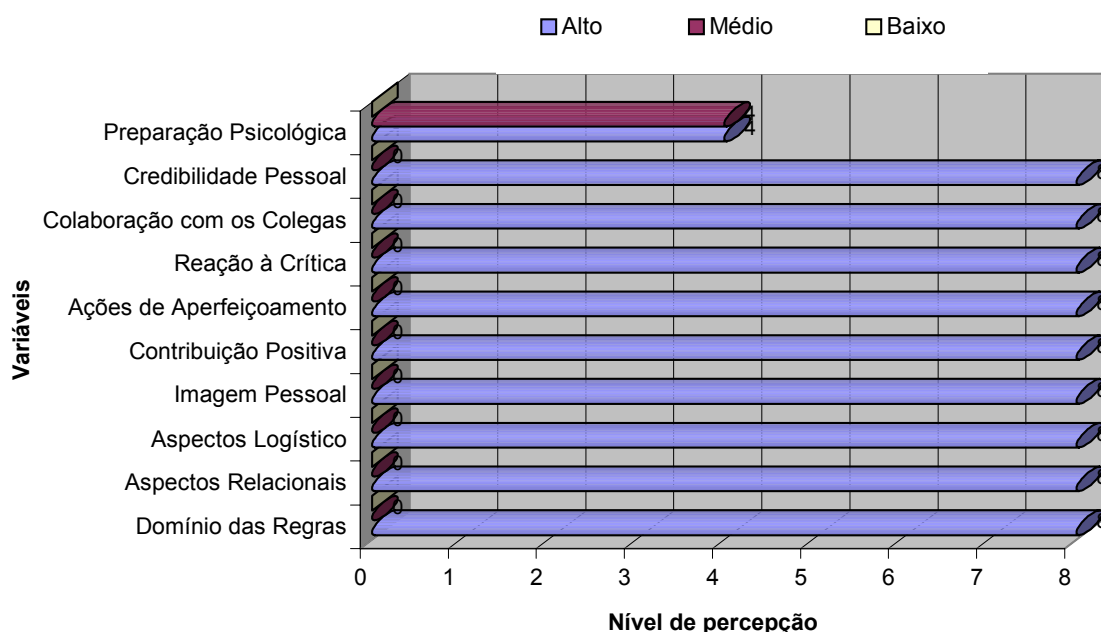
situações da vida, ou seja, para se iniciar uma atividade com alto grau de responsabilidade, por exemplo.

Em sua forma de ver a auto-estima Branden (2000) afirma que “é a disposição para experimentar a si mesmo como alguém competente para lidar com os desafios básicos da vida e ser merecedor da felicidade”(p. 50).

Constata-se que este autor não estreita a visão de auto-estima , apesar de não especificar as influências do meio ambiente (segurança e boa alimentação) nem as emocionais (compaixão, abertura para novas experiências), nota-se que sua definição apenas se identifica a que se refere a auto-avaliação e no que ela consiste.

Os resultados confirmam as afirmações de Branden (2000), pois a maioria dos árbitros apresenta um elevado nível de auto-estima e a minoria média, havendo uma busca de sentirem-se com capacidade para lidar com decisões contrárias.

Gráfico 1: Identificação da percepção de competência dos árbitros



As frequências apresentadas neste item buscam identificar os níveis de percepção de competência em cada uma das dez dimensões investigadas. Para esse fim os árbitros foram classificados de acordo com seu nível de percepção de competência (alto, médio e baixo), em cada uma das dimensões analisadas.

Pelos dados apresentados, pode-se verificar que na dimensão **domínio das regras**, os resultados apresentaram um nível alto, devido à necessidade primordial deste requisito, pois não existe maneira de arbitrar um jogo, sem total conhecimento das regras, indo ao encontro de Voli (1998) “não há ação ou reação do individuo que não seja resultante de maior ou menor segurança pessoal” (p.70).

Na dimensão relativa aos **aspectos relacionais**, apresentou-se um nível alto, mostrando a preocupação dos árbitros, em função da necessidade, de se relacionarem, de forma respeitosa para com os atletas, dirigentes e técnica, para o bom andamento da competição.

Na dimensão relacionada aos **aspectos logísticos**, apresentou-se um nível alto, demonstrando a consciência dos árbitros, da importância de se inteirarem com seus companheiros de trabalho, aceitando críticas, procurando ampliar situações de convívio que possibilitem um conhecimento mútuo, aceitando e respeitando as diferenças dos colegas, respeitando-se todos os procedimentos administrativos que envolvem o futebol.

Na dimensão referente à **imagem pessoal**, constatou-se um nível alto de percepção, mostrando a necessidade e a consciência dos árbitros em se preocuparem com sua imagem perante o público, dirigentes, entre outros, apresentando-se de forma adequada, procurando controlar suas emoções, com o intuito de manter o equilíbrio. Fato este que se evidencia na forma como o árbitro se vê, como se percebe enquanto individuo ou enquanto pessoa, Voli (1998).

Na dimensão referente à **contribuição positiva**, percebe-se um nível alto de percepção, em virtude de demonstrar prazer em participar do contexto do jogo, e contribuir para o crescimento do esporte.

Na dimensão referente às **ações de aperfeiçoamento**, constatou-se um nível alto de percepção, o que parece demonstrar a vontade de crescimento profissional, por parte dos árbitros, na busca de informações, pesquisas, cursos que venham ao encontro do aprimoramento da arbitragem.

Na dimensão referente à **reação à crítica**, constatou-se um nível alto de percepção, cujos resultados demonstram um amadurecimento dos árbitros, frente às pressões externas, que podem vir tanto de dirigentes, “mídia especializada”, torcida, entre outras.

Na dimensão referente à **colaboração com os colegas**, constatou-se um nível alto de percepção, demonstrando uma homogeneidade nas respostas, afirmando que o quadro de árbitros atua em grande entrosamento, dentro e fora dos gramados, característica essa que demonstra segundo Voli (1998), que o indivíduo que tem facilidade de integração, apresenta, entre tantas, algumas dessas características: habilidoso em compartilhar, cooperar, compreender as pessoas e principalmente aberto aos conceitos de colaboração e participação.

Na dimensão referente à **credibilidade pessoal**, constatou-se um nível alto de percepção, mostrando a forma segura como os árbitros, se defrontam em relação a possíveis erros que possam cometer e a forma como os encaram.

As dimensões descritas anteriormente foram as que tiveram maior número de elementos nos níveis de alta percepção de competência, com exceção da dimensão que investigava sobre a **preparação psicológica**, que apresentou uma maior concentração de árbitros no nível de média ou baixa percepção de competência. Fato

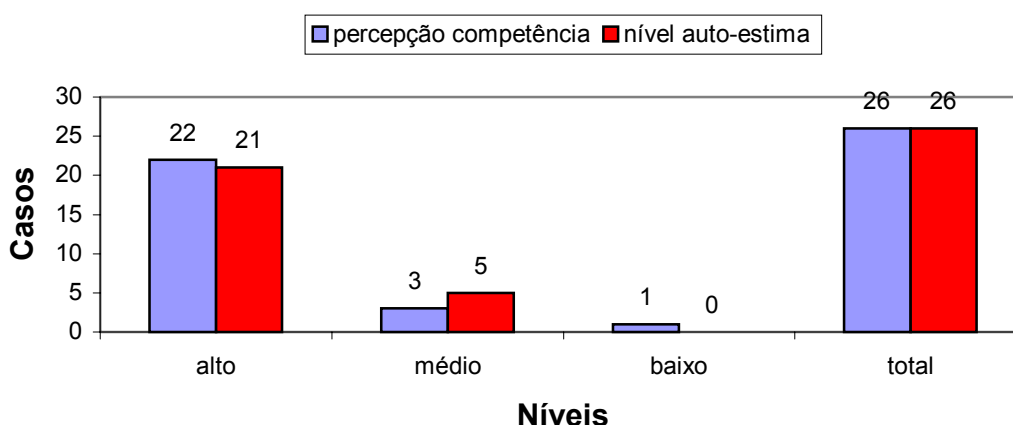
que demonstra que os árbitros, não dão a devida importância à preparação psicológica, o que pode acarretar prejuízos à carreira. Para Bock (2001) fica evidenciado a necessidade de:

Conhecer o fenômeno psicológico significa conhecer a expressão subjetiva de um mundo objetivo/ coletivo; um fenômeno que se constitui um processo de conversão do social em individual; um fenômeno de construção interna dos elementos e atividades do mundo externo. (p.23)

De acordo com os resultados obtidos em relação à identificação do grau de percepção de competência dos árbitros, verifica-se que a grande maioria dos sujeitos pesquisados apresenta um **alto nível**, visto que ao analisar-se as respostas, nota-se, que nas diversas dimensões investigadas houve uma paridade nas respostas dos árbitros.

Pode-se afirmar que a maioria dos árbitros, possuem alta percepção de competência nas diferentes dimensões analisadas em relação a função de árbitro de futebol.

Gráfico 2: Identificação do grau de auto-estima e percepção de competência no quadro de árbitros



Uma melhor visualização dos resultados discutidos, pode ser obtida através da análise do gráfico 1.

O segundo objetivo específico do estudo, como deve ser lembrado, foi o de comparar o grau de auto-estima e o de percepção de competência entre o quadro de árbitros e de árbitros assistentes.

QUADRO 4: AUTO-ESTIMA E PERCEPÇÃO DE COMPETÊNCIA DOS ÁRBITROS E ÁRBITROS ASSISTENTES

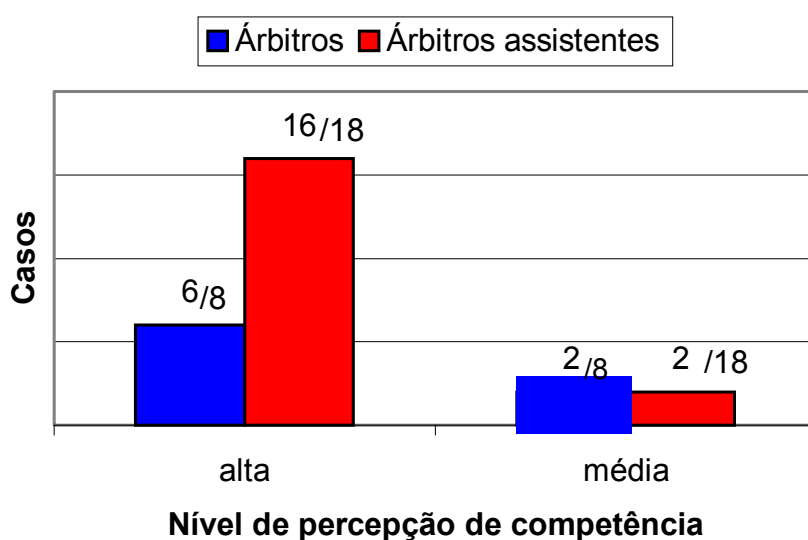
Sujeito	Árbitro		Árbitro Assistente	
	Grau de percepção de competência	Grau de auto-estima	Grau de percepção de competência	Grau de auto-estima
1	Alto	Alto	Alto	Alto
2	Alto	Alto	Alto	Alto
3	Alto	Médio	Alto	Alto
4	Alto	Alto	Alto	Alto
5	Alto	Alto	Alto	Médio
6	Médio	Médio	Alto	Alto
7	Médio	Alto	Alto	Alto
8	Alto	Alto	Alto	Alto
9			Alto	Médio
10			Alto	Alto
11			Médio	Alto
12			Médio	Alto
13			Alto	Alto
14			Alto	Médio
15			Alto	Alto
16			Alto	Alto
17			Alto	Alto
18			Alto	Alto

Para comparar a auto-estima dos árbitros e árbitros assistentes utilizou-se o teste Qui-Quadrado (χ^2), a $p < 0,05$. Para tal, distribui-se em uma tabela 2x2, onde se categorizou como sendo 01 árbitros e como sendo 02 árbitros assistentes. Para o nível de alta auto-estima, optou-se por 01 e 02 para nível de média auto-estima. Não se utilizou o nível de baixa auto-estima em função de nenhum dos sujeitos pesquisados ter apresentado este resultado. Mediante a aplicação do χ^2 com correção de Fisher ($\chi^2_c = 0,49$; $p < 0,85$), não se encontrou diferença significativa entre a auto-estima dos árbitros e árbitros assistentes.

Percebe-se que o fato de todos os sujeitos fazerem parte da lista da CBF (quadro nacional), fez com que a auto-estima dos mesmos se mantivesse em um mesmo plano, pois a perspectiva de sucesso, mais partidas para atuarem e conseqüentemente uma maior valorização, em virtude de jogos de maior nível técnico (campeonato brasileiro), manteve-se uma paridade entre as duas especialidades. Nota-se que diante de todas as situações negativas, que os árbitros são expostos, acredita-se ser uma condição básica, uma auto-estima elevada, para o bom desempenho, não só técnico, mas humano.

Os resultados mostraram que 83,3% dos árbitros assistentes tem um nível de auto-estima alta, e 16,7% média, que é mais elevada que a dos árbitros, porém esta diferença não é estatisticamente significativa.

Gráfico 3: Comparação de percepção de competência entre árbitros e assistentes



As freqüências apresentadas no gráfico 3, buscam identificar os níveis de percepção de competência em cada uma das dez dimensões investigadas. Para esse fim, os árbitros assistentes foram classificados de acordo com seu nível de percepção de competência (alto, médio e baixo), em cada uma das dimensões analisadas.

Pelos dados apresentados, pode-se verificar que na dimensão **domínio das regras**, os resultados apresentaram um nível alto, devido a necessidade primordial deste requisito, pois não existe maneira de arbitrar um jogo, sem total conhecimento das regras.

Na dimensão relativa aos **aspectos relacionais**, apresentou-se um nível alto, mostrando a preocupação dos árbitros assistentes, em função da necessidade, de se relacionarem, de forma respeitosa para com os atletas, dirigentes e técnicos, para o bom andamento da competição, que segundo Lima (1982) versa sobre a necessidade

da inserção do árbitro na sua modalidade, sendo condição básica ao desenvolvimento do esporte e um fator significativo na transformação das relações do próprio árbitro com as demais pessoas vinculadas ao mundo esportivo em geral.

Na dimensão relacionada aos **aspectos logísticos**, apresentou-se um nível alto, demonstrando a consciência dos árbitros assistentes, da importância de se inteirarem com seus companheiros de trabalho, aceitando críticas, procurando ampliar situações de convívio que possibilitem um conhecimento mútuo, aceitando e respeitando as diferenças dos colegas, respeitando-se todos os procedimentos administrativos que envolvem o futebol.

Na dimensão referente à **imagem pessoal**, constatou-se um nível alto de percepção, mostrando a necessidade e a consciência dos árbitros assistentes, em se preocuparem com sua imagem perante o público, dirigentes, entre outros, apresentando-se de forma adequada, procurando controlar suas emoções, no intuito de manter-se o equilíbrio.

Na dimensão referente à **contribuição positiva**, também se percebe um nível alto de percepção, em virtude de demonstrar prazer em participar do contexto do jogo, e contribuir para o crescimento do esporte. Montiel (1998) apresenta alguns dos valores humanos que devem acompanhar uma motivação para arbitrar bem, qual seja, a alegria e o equilíbrio interior.

Na dimensão referente às **ações de aperfeiçoamento**, constatou-se um nível alto de percepção, o que parece demonstrar a vontade de crescimento profissional, por parte dos árbitros assistentes, na busca de informações, pesquisas, cursos que venham ao encontro do aprimoramento da arbitragem.

Na dimensão referente à **reação à crítica**, constatou-se um nível alto de percepção, cujos resultados demonstram um amadurecimento dos árbitros

assistentes, frente às pressões externas, que pode vir tanto de dirigentes, “mídia especializada”, torcida, entre outras, ressalta-se assim segundo Voli (1998) a competência deve ser um forte elemento motivador de segurança profissional e de seu autoconceito como árbitro.

Na dimensão referente à **colaboração com os colegas**, constatou-se um nível alto de percepção, demonstrando uma homogeneidade nas respostas, afirmando que o quadro de árbitros assistentes, atua em grande entrosamento, dentro e fora dos gramados.

Na dimensão referente a **credibilidade pessoal**, constatou-se um nível alto de percepção, mostrando a forma segura como os árbitros assistentes, se defrontam em relação a possíveis erros que possam cometer e a forma como os encara.

As dimensões descritas anteriormente foram as que tiveram maior número de elementos nos níveis de alta percepção de competência, com exceção da dimensão que investigava sobre **a preparação psicológica**, que apresentou uma maior concentração de árbitros no nível de média ou baixa percepção de competência. Fato que demonstra que os árbitros assistentes, não dão a devida importância à preparação psicológica, o que pode acarretar prejuízos para a carreira.

De acordo com os resultados obtidos em relação a identificação do grau de percepção de competência dos árbitros assistentes, verifica-se que a grande maioria dos sujeitos pesquisados apresenta um **alto nível**, visto que ao analisar-se as respostas, nota-se, que nas diversas dimensões investigadas houve uma paridade nas respostas dos árbitros assistentes.

Pode-se afirmar que a maioria dos árbitros assistentes possui alta percepção de competência nas diferentes dimensões analisadas em relação à função da arbitragem de futebol.

De acordo com os resultados obtidos em relação a identificação do grau de auto-estima dos árbitros assistentes, verifica-se que a grande maioria dos sujeitos pesquisados apresenta um alto nível de auto-estima.

É importante salientar que o árbitro assistente, assim como o árbitro, sofre diversos tipos de pressão, vindo de dirigentes, atletas, torcedores, mídia, entre outras. Estas pressões acarretam algum tipo de instabilidade emocional, e que podem contribuir para um mal desempenho dentro de campo.

A função de arbitrar requer um nível de auto-estima alto, diante das diversas e adversas situações que o mesmo necessita enfrentar.

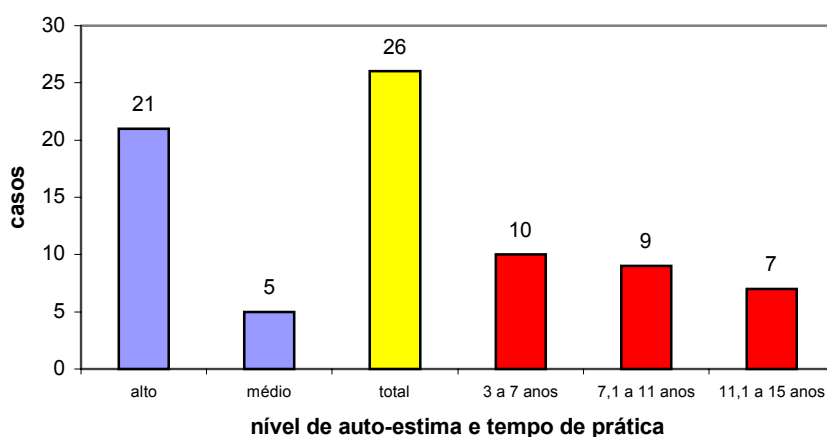
Em relação a percepção de competência, os árbitros assistentes tem um nível de percepção de competência maior que o dos árbitros, 88,8% dos árbitros assistentes apresentaram um nível de percepção de competência alto e 11,2% médio, enquanto que 75% dos árbitros apresentaram um nível alto e 25% um nível médio. Acredita-se que este resultado ocorreu, devido as pressões exercidas sobre o árbitro assistente serem menores, pois toda a responsabilidade de qualquer erro, será sempre do árbitro central, pois o árbitro assistente apenas informa e a decisão final é do árbitro. Cabe ressaltar que o fato de dois assistentes trabalharem em cada jogo, faz com que a concorrência seja menor, existindo assim, mais oportunidades de trabalho e assim, todos estes fatos, entre outros, colaboraram para este resultado, que estatisticamente não é significativo.

O terceiro objetivo específico do estudo foi o verificar possível associação entre a auto-estima e o tempo de prática de arbitragem.

QUADRO 5: ASSOCIAÇÃO / AUTO-ESTIMA / TEMPO DE PRÁTICA

Sujeito	sexo	Tempo de prática	Tipo de árbitro	Grau de auto-estima
1	1	13 anos	1	A
2	2	6 anos e 5 meses	2	A
3	1	11 anos	2	A
4	1	10 anos	2	A
5	1	7 anos e 8 meses	1	A
6	1	6 anos	2	A
7	1	12 anos	2	M
8	1	7 anos	2	A
9	1	13 anos e 5 meses	2	A
10	1	7 anos e 3 meses	2	A
11	1	8 anos	1	M
12	1	8 anos	2	M
13	1	8 anos e 6 meses	2	A
14	1	7 anos	1	A
15	1	5 anos e 8 meses	2	A
16	1	4 anos	2	A
17	1	6 anos e 8 meses	2	A
18	1	14 anos	2	M
19	1	15anos	2	A
20	2	3 anos e 8 meses	2	A
21	1	5 anos	1	A
22	1	12 anos e 7 meses	1	M
23	1	5 anos e 6 meses	1	A
24	1	7 anos	2	A
25	2	8 anos	2	A
26	1	7 anos e 1 mês	1	A

Gráfico 4: Associação entre nível de auto-estima e tempo de prática de arbitragem



A média do tempo de prática da arbitragem do quadro de árbitros profissionais é de 8,2 anos, sendo que os resultados demonstraram que com tempo de prática até 5 anos, 3 árbitros apresentaram auto-estima alta; de 5,1 a 8 anos, 12 árbitros apresentaram nível de auto-estima alta e 2 nível médio de auto-estima; de 8,1 a 11 anos, 3 árbitros apresentaram nível de auto-estima alta; de 11,1 a 14 anos, 2 árbitros apresentaram nível de auto-estima alta e 3 apresentaram nível médio e de 14,1 a 17 anos, 1 árbitro apresentou nível alto de auto-estima.

Para se associar a auto-estima dos árbitros com o tempo de prática, utilizou-se o teste Qui-Quadrado (χ^2), a $p < 0,05$. Para tal, distribuiu-se em uma tabela 2x2, onde categorizou-se 01 para árbitros e 02 para árbitros assistentes, 01 nível de alta auto-estima e 02 para nível de média auto-estima. Não se utilizou o nível de baixa auto-

estima em função de nenhum dos sujeitos pesquisados ter apresentado este resultado. Mediante a aplicação do χ^2 com correção de Fisher ($\chi^2c= 0,98$; $p < 0,15$), os resultados apresentaram uma maior incidência de média auto-estima entre os árbitros de maior tempo de arbitragem e uma maior concentração de nível de alta auto-estima nos árbitros de menor tempo de prática de arbitragem. Percebe-se que quanto maior o tempo de arbitragem, maiores serão as pressões exercidas nos mesmos, conseqüentemente uma sobrecarga negativa, que acaba acarretando, uma desmotivação em relação a atividade. Isto pode significar que a continuidade faz com que o árbitro incorpore no seu interior as experiências negativas, de pressão e de culpa e de alguma forma, inconscientemente, possa diminuir de forma substancial sua auto-estima. Ao contrário nos árbitros de menor tempo de prática o desconhecimento do que possa estar por vir, se torna uma fonte de estímulo positivo, para não só terem sua auto-estima fortalecida, mas, contribuindo para uma segurança em relação ao trabalho a desempenhar em uma partida de futebol.

CAPÍTULO V

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma auto-estima baixa implica numa enorme diminuição da nossa resistência diante das adversidades, dos problemas surgidos no nosso cotidiano; desmorona-se diante de um “muro” que pode ser superado, sobrepujado; sucumbe-se diante de tomadas de decisões; tende-se a ser mais influenciados que determinados; a ter mais dor, que prazer, ou alegria. Assim, o valor da auto-estima não está somente porque ela permite que **sinta-se** melhor, porém no que ela concede, ou seja, que **se-viva** melhor. Viver, portanto, a auto-estima significa viver confiante em si, em seus enfrentamentos de vida, é se acreditar, é se ver, se sentir, o que implica numa própria auto-imagem e essa traz consigo os seus valores, os seus princípios, os seus conceitos, isto é, sua bagagem cultural, histórica, social de experiências vividas.

Nessa linha de raciocínio, considere-se a **auto-estima como um fenômeno psicológico, porém que se materializa no ser humano frente às circunstâncias**

do contexto sócio-histórico e que refletem na sua relação e percepção no e com o mundo e consigo mesmo.

Embora considerar a auto-estima um fenômeno psicológico não pode significar uma desconsideração com o fato de que sua origem e seu desenvolvimento se dão apenas no próprio indivíduo, mas, é constituído, acima de tudo, por uma construção social.

Um resultado significativo que surgiu desta pesquisa foram as respostas afirmando um nível elevado de auto-estima dos árbitros e a escassez da formação psicológica, principalmente nos que tiveram cursos de formação para arbitragem. Estas duas respostas levam a pensar que por um lado – **quando afirmam ter uma auto-estima elevada** -, essa auto-estima pode ter uma compreensão como um fato inerente ao ser humano, algo que está nele e que cabe a ele, unicamente ele, resolver, ou seja, um problema de ordem pessoal.

Dessa forma, a auto-estima parece concebida como algo súbito, algo que surge no ser humano, ou, algo que já se encontrava lá, em estado embrionário, e que se atualiza com o amadurecimento humano.

Desta forma não considerá-la como um fenômeno que tem relação com o meio social e cultural, mas como algo que já estava lá, significa ao ser humano chamar a responsabilidade para si pelos seus sucessos e fracassos, isto é, responsabilizar-se pelo seu desenvolvimento pessoal, individual, independente dos reflexos externos sofridos por esse desenvolvimento ou então, não refletir a realidade social, econômica e cultural como algo exterior a ele e não como em um mundo social e um mundo psicológico que devem caminhar juntos em seu movimento.

Por outro lado - **quando afirmam ter uma escassa formação psicológica**-, a auto-estima pode não ser vista, percebida, compreendida pelos árbitros como: a) uma

possibilidade de conhecimento a ser estudado, refletido no âmbito da psicologia; b) como um fenômeno psicológico que considera a inserção do ser humano em um ambiente social e cultural, por isso uma construção individual do mundo simbólico que é social.

Por fim, o que ficou também evidenciado na pesquisa, através das respostas dos árbitros sobre sua auto-estima confirmou, especialmente, duas situações e que se confirmam pela literatura, embora somente a primeira pôde ser avaliada pela investigação empírica:

O grau elevado de auto-estima, confirmado pelos árbitros, é condição básica e imprescindível para atuar na arbitragem, em geral e especificamente a brasileira, pois se deve levar em consideração todas as situações de pressão e riscos apontados anteriormente.

Deve haver um alto grau de flutuação da auto-estima em situações concretas de atuação do árbitro devido as mesmas situações negativas em que ele muitas vezes se vê colocado ao arbitrar uma partida de futebol. Em parte isto pôde ser percebido ao avaliar que muitos árbitros de longa experiência na arbitragem tiveram uma auto-estima apenas média e não alta como todos os que têm a menor experiência na arbitragem. Isto pode significar que a larga experiência faz com que o árbitro incorpore as experiências negativas, de pressão e de culpa, fazendo uma diminuição no nível de sua auto-estima. Isto pode ter significado, enfim, a necessidade de um trabalho sobre a auto-estima do árbitro de forma permanente.

Como elementos que merecem uma explicação nestas considerações da pesquisa e que, de certa forma limitaram um aprofundamento teórico mais consistente, destacam-se dois: a concepção da auto-estima frente a literatura pesquisada na psicologia e o instrumento utilizado para detectar o problema.

Sobre a **concepção de auto-estima tratada na psicologia**, o que se avalia é uma visão naturalizada dela, como em estado em e de si do ser humano. É um trato psicologizante do fenómeno em detrimento de um trato psicossocial. Por apresentar uma visão positivista, idealista, vê o fenómeno regulado por leis naturais, como algo desligado das tramas sociais, como algo que independe da ação humana. Por sua vez, vê o ser humano individual, racional e natural. Esta visão percebe os conflitos como desentendimentos de comunicação ou problemas morais, tornando-se defensora do rigor moral como forma de fazer progredir a sociedade.

Entende-se que uma perspectiva ou concepção sócio-histórica ou psicossocial da psicologia, venha contribuir para entender e tratar a auto-estima como um fenómeno psicológico e que esse tem relação com o ambiente social, histórico, cultural, entre outros.

No que se refere **ao instrumento utilizado na pesquisa**, avalia-se que este questionário restringiu em demasia o pensar dos árbitros e, conseqüentemente, limitou uma análise mais qualitativa do tema, pois ele acabou por isolar o fenómeno a ser estudado, de todo o contexto em que está inserido. Frente a isso, a interrogação central desta pesquisa que partia do princípio que o árbitro de futebol apresenta problemas de auto-estima, terminou por não detectar se há ou não problemas de auto-estima, ou quais seriam eles, ou como eles se manifestam, ou o que geram uma auto-estima elevada ou baixa, por exemplo. Deste modo, o que se pode detectar como resultado mais próximo da interrogação, foi o paradoxo existente entre uma auto-estima elevada e um insuficiente conhecimento psicológico nos cursos de formação e que foram analisados anteriormente.

Como uma sugestão que se origina deste estudo, está a necessidade de se pensar futuramente numa possível profissionalização do árbitro e por que não, como

da profissionalização do atleta? Mas ambas permeadas por uma formação competente técnica, política, comunicativa e humanamente. Formação técnica enquanto conhecimento dirigido aos instrumentos, às ferramentas necessárias para a sua profissão, isto é, *os meios*; formação política enquanto conhecimento direcionado para a sua participação social, como cidadão, isto é, *os fins*; formação comunicativa enquanto conhecimento direcionado para o diálogo, para a linguagem, isto é, *as relações* e por fim, a formação humana enquanto conhecimento direcionado para o ser humano, para sua subjetividade, sua afetividade, isto é, *os objetivos*.

Entende-se que a autoridade do árbitro tem que ser considerada, ou melhor, respeitada pelo seu conhecimento, pela sua competência argumentativa e não somente pelo espaço ou poder temporário que ele assume no jogo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Araujo, D. (1998). Manual do árbitro. Lisboa: Cefd.
- Bock, A. M. B. (2001). A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: Bock, A. M. B., Gonçalves, M.G.M. e Furtado. O. (Orgs). Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez.
- Branden, B. (2000). Auto estima e os seus seis pilares. (5 ed.). São Paulo: Saraiva.
- Chauí, M. (1987). Conformismo e Resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil. (3 ed.) São Paulo: Brasiliense.
- CBF (1997). Caderno de Regras. (8 ed.) Rio de Janeiro: Parma.
- Da Matta, R. (1982). Esporte na Sociedade: Ensaio sobre o futebol brasileiro. Rio de Janeiro,
- Duarte, O. (1997). Futebol, História e Regras. São Paulo: Makron.
- Escribano, E. & Sanchez, A. (1999). Medição do autoconceito. São Paulo: Edusc.
- Franciscon, M. (1999). Futebol, Regras e Legislação. (13º ed.)São Paulo: Prol .
- Gonçalves, M.(2001). A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a Historicidade como noção básica. In: Bock, A. M. Gonçalves, M. G.,Furtado, O. (Orgs). Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez.
- House, S.& Ford,D. (1986). The history of the laws association football. Hitzigweg: FIFA.
- Kunz, E. (1996) - Esporte na Perspectiva do rendimento. In: Grupos de Estudos Ampliados em Educação Física - Diretrizes Curriculares para a Educação

Física no ensino fundamental e na educação infantil da rede municipal de Florianópolis, SC. Ijuí, Sedigraf.

Lima, T. (1982). Fora o Árbitro. Lisboa: Sarl.

Machargo, S. (1991). El Professor y el autoconcepto de sus alumnos: teoria e prática. Madrid: Española.

Montiel, A. (1998). A arbitragem e o futebol profissional. Lisboa: Horizonte

Mosquera, Juan J. M. (1978). Vida Adulta: personalidade e desenvolvimento. Porto alegre: Sulina.

_____. (1974). Educação: Novas perspectivas. Porto Alegre: Sulina.

_____. (1984). Educação para a saúde. Porto Alegre: D. C. Luzatto.

Nazareno, A. (1997). Fundamentos de Arbitragem de futebol. Porto Alegre: Sulina.

Ramos, J. (1998). Autoconfiança. In Manual do árbitro. Centro de estudos e formação Desportiva/ Secretaria de Estado do Desporto: Lisboa

Rosenberg, M. (1973). La auto imagen del adolescente y la sociedad. Buenos Aires: Paidós.

Sabbi, D. (1999). Sinto, Logo Existo. Porto Alegre: Alcance.

Sanchez, A. & Escribano, E. (1999). Medição do autoconceito. Bauru: Edusc.

Triviños, A. (1987). Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas.

Voli, F. (1998). A Auto-estima do professor. Madrid: Editorial y Distribuidora.

Weinberger, R.& Richardson, P. (1990). Psychology of officiating. USA: Braun-Brumfield.

Zani, R. (1998). Beleza & auto-estima. Rio de janeiro: Revinter.

BIBLIOGRAFIA SUPLEMENTAR

- Assmann, H. & Sung, J. (2000). Competência e sensibilidade solidária. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bastos, L.R., Paixão, L., Fernandes, L.M. & Deluiz, N. (2000). Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias. (5. Ed.). Rio de Janeiro: LTC.
- Betti, M. (1998). Violência em campo. dinheiro, mídia e transgressão às regras no futebol espetáculo. Ijuí: Unijuí.
- Betti, M. (1998). A janela de vidro, esporte, televisão e educação física. Campinas: Papyrus.
- Birman, J. (1999). Mal-estar na atualidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Boulch, L. J. (1986). O desenvolvimento psicomotor : do nascimento aos seis anos. Porto Alegre: Artes médicas.
- Bracht, V. (1998). Sociologia Crítica do Esporte: uma introdução. Vitória: CEFD/UFES.
- Bruhms, T.H. (2000). Futebol, carnaval e capoeira entre as gingas do corpo brasileiro. Campinas: Papyrus.
- Capinussu, M. J. (1997). Comunicação e transgressão no esporte. São Paulo: Ibrasa.
- Carvalho, M.D. & Gonçalves, P. (1977). Visão periférica e futebol: testes e treinamentos. São Paulo: Hipócrates.
- Carvalho, S. & Hatje, M. (1998). Comunicação Movimento e Mídia na Educação Física. Santa Maria: CEFD/UFESM.
- Castro, A. J. (1998). Histórias da bola: 135 anos de história do futebol. Portugal: Talento.
- Feldenkrais, M. (1994). O Poder da Autotransformação. A dinâmica do corpo e da mente. São Paulo: Summus.
- Fonseca, V. (1983). Psicomotricidade. São Paulo: Martins Fontes.

Fromm, E.(1974). Análise do Homem. Rio de Janeiro: Zahar.

Guattari, F. & Rolnik, S. (1993). Micro políticas: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes.

Lucena, R.(1994). Quando a Lei é a Regra. Vitória: CEFD/UFES.

Shigunov, V. (2000). A competição esportiva na escola: reflexões sobre sua importância no desenvolvimento da criança. In: VI Semana de Educação de Cianorte, Pr. O pedagogo e o III Milênio, Sertanópolis, Grafel, v.1 p. 333-341.

Shigunov, V. e Santos, S. G. (2000). Estresse: uma manifestação, também perturbadora dos esportes de competição. In: XV Congresso Internacional de Educação Física/ Fiep, Foz do Iguaçu: gráfica torobi, v.1 p. 291.

Souza, I. P. (1995). A auto-estima do deficiente físico relacionado à prática esportiva, a escolaridade e ao trabalho. Monografia não publicada. Universidade do Estado de Santa Catarina.

Sussekind, C. H. (1996). Futebol em dois tempos. Rio de Janeiro: Damara.

Thomas, A.(1983). Esporte. Introdução à psicologia. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico.

Anexos

Anexo 1
Questionário de percepção de competência

Sexo: Masculino () Feminino ()

Idade (em anos) _____

Grau de instrução:

Profissão:

Tempo que atua na arbitragem (anos e meses)

Árbitro ()

Árbitro assistente ()

Assinale o ponto da escala que pensa melhor se caracterizar

DOMÍNIO DAS REGRAS

	Sempre	Nunca
1. Aplico as regras sem hesitação	(01) (02) (03) (04) (05)	
2. Faço a correta interpretação das regras	(01) (02) (03) (04) (05)	

ASPECTOS RELACIONAIS

3. Relaciono-me com atletas, treinadores e dirigentes de modo claro, positivo e respeitador	(01) (02) (03) (04) (05)
4. Tenho o sentido de humor apropriado	(01) (02) (03) (04) (05)

ASPECTOS LOGÍSTICOS

5. Colaboro eficazmente com outros árbitros	(01) (02) (03) (04) (05)
6. Cumpro eficazmente os procedimentos administrativos da competição	(01) (02) (03) (04) (05)

IMAGEM PESSOAL

Sempre

Nunca

7. Apresento-me de forma adequada ao local da competição (01) (02) (03) (04) (05)

8. Controlo as emoções durante a competição (01) (02) (03) (04) (05)

CONTRIBUIÇÃO POSITIVA

9. Crio e mantenho um clima agradável (01) (02) (03) (04) (05)

10. Tenho prazer em fazer parte do jogo (01) (02) (03) (04) (05)

AÇÕES DE APERFEIÇOAMENTO

11. Demonstro vontade em modificar positivamente o meu comportamento (01) (02) (03) (04) (05)

12. Procuo ajuda para melhorar (01) (02) (03) (04) (05)

REAÇÃO À CRÍTICA

13. Ignoro as pressões que vem de fora (01) (02) (03) (04) (05)

14. Não respondo agressivamente as críticas (01) (02) (03) (04) (05)

COLABORAÇÃO COM OS COLEGAS

15. Ajudo o(s) colega(s) durante o jogo (01) (02) (03) (04) (05)

16. Partilho as responsabilidades com o(s)

colega(s)

(01) (02) (03) (04) (05)

CREDIBILIDADE PESSOAL

Sempre

Nunca

17. Não atuo para o público

(01) (02) (03) (04) (05)

18. Sou capaz de reconhecer os erros

(01) (02) (03) (04) (05)

PREPARAÇÃO PSICOLÓGICA

19. Uso técnicas mentais como o relaxamento

(01) (02) (03) (04) (05)

20. Vou para a competição, com um baixo nível de stress psicológico

(01) (02) (03) (04) (05)

21. Antes da competição, faço uma revisão mental da estratégia a utilizar

(01) (02) (03) (04) (05)

22. Faço uma antecipação mental das tendências das equipes, jogadores e técnicos

(01) (02) (03) (04) (05)

Anexo 2
INSTRUMENTO DE ROSENBERG (ESCALA DE AUTO-ESTIMA)

Item 1

Sinto que sou pessoa digna de estima, ao menos , na mesma medida dos outros.

Concordo plenamente () Concordo () **Discordo (x) Discordo totalmente (x)**

Creio ter várias qualidades positivas.

Concordo plenamente () Concordo () **Discordo (x) Discordo totalmente (x)**

Me inclino a pensar que , no conjunto, sou um fracasso.

Concordo plenamente (x) Concordo (x) Discordo () Discordo totalmente ()

Item 2

Posso fazer as coisas tão bem, como a maioria das outras pessoas.

Concordo plenamente () Concordo () **Discordo (x) Discordo totalmente (x)**

Creio que não tenho muitos motivos para orgulhar-me de mim.

Concordo plenamente (x) Concordo (x) Discordo () Discordo totalmente ()

Item 3

Assumo uma atitude positiva frente a mim mesmo.

Concordo plenamente () Concordo () **Discordo (x) Discordo totalmente (x)**

Item 4

Em geral, estou satisfeito comigo mesmo.

Concordo plenamente () Concordo () **Discordo (x) Discordo totalmente (x)**

Item 5

Desejaria sentir mais apreço por mim mesmo.

Concordo plenamente (x) Concordo (x) Discordo () Discordo totalmente ()

Item 6

As vezes , penso que não sirvo para nada.

Concordo plenamente (x) Concordo (x) Discordo () Discordo totalmente ()

As vezes me sinto realmente inútil.

Concordo plenamente (x) Concordo (x) Discordo () Discordo totalmente ()

Anexo 3
Tabulação de Competência Genérica

ANEXO 3
TABULAÇÃO / COMPETÊNCIA GENÉRICO

DIMENSÃO DAS COMPETÊNCIA DOS ÁRBITROS

Suj.	Domínio das Regras	Aspectos Relacionais	Aspectos Logísticos	Imagem Pessoal	Contribuição Positiva	Ações de Aperfeiçoamento	Reação à Crítica	Colaboração com os Colegas	Credibilidade e Pessoal	Preparação Psicológica	Σ
1	A	A	A	A	A	A	A	A	A	B	A
2	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
3	A	A	A	A	A	A	A	A	A	B	A
4	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
5	A	A	A	A	A	A	B	A	A	A	A
6	A	M	A	A	A	A	A	A	A	A	A
7	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
8	A	A	A	A	A	A	A	A	A	B	A
9	A	A	A	A	A	A	A	A	A	M	A
10	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
11	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
12	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
13	A	A	A	A	A	A	A	A	A	M	A
14	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
15	M	A	A	A	A	M	A	A	A	M	M
16	M	B	M	M	A	M	M	B	B	B	M
17	A	A	A	A	A	M	A	A	A	A	A
18	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
19	A	A	A	A	A	A	M	A	B	A	A
20	A	A	A	A	A	A	A	A	A	M	A
21	A	A	A	A	A	A	A	A	M	A	A
22	M	B	M	M	A	M	M	M	A	M	M
23	A	A	M	A	A	A	M	A	A	B	M
24	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
25	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
26	A	A	A	A	A	A	A	A	A	B	A
NÍVEL	A	A	A	A	A	A	A	A	A	M	A

Anexo 4
Tabulação Numérica de Auto-Estima

Sujeito	V1				V2			V3		V4		V5		V6			Σ
	1	4	10	Σ	5	6	Σ	9	Σ	2	Σ	8	Σ	7	3	Σ	Total
01	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	+	+1	-4
02	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	-	-1	-6
03	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	+	+1	-	-	-1	-4
04	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	-	-1	-6
05	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	-	-1	-6
06	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	+	+1	-	-	-1	-4
07	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	+	+1	+	-	+1	-2
08	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	-	-1	-6
09	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	-	-1	-6
10	-	--	-	-1	--	-	-1	--	-1	-	-1	-	-1	-	--	-1	-6
11	+	-	-	-1	-	--	-1	-	-1	+	+1	+	+1	-	-	-1	-2
12	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	+	+1	+	+1	-	+	+1	0
13	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	-	-1	-6
14	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	-	-1	-6
15	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	+	+1	-4
16	-	-	-	-1	-	+	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	-	-1	-4
17	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	-	-1	-6
18	-	-	-	-1	-	+	-1	-	-1	+	+1	-	-1	-	-	-1	-2
19	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	+	+1	-	-	-1	-4
20	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	-	-1	-6
21	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	+	+1	-	-	-1	-4
22	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	+	+1	-	+	+1	-2
23	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	+	+1	-	-	-1	-4
24	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	-	-1	-6
25	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	-	-1	-6
26	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	-	-1	-6

Anexo 5
Quadro Genérico de Auto-Estima

Sujeito	V1				V2			V3		V4		V5		V6			Σ
	1	4	10	Σ	5	6	Σ	9	Σ	2	Σ	8	Σ	7	3	Σ	Total
01	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	+	+1	A
02	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	-	-1	A
03	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	+	+1	-	-	-1	A
04	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	-	-1	A
05	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	-	-1	A
06	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	+	+1	-	-	-1	A
07	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	+	+1	+	-	+1	M
08	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	-	-1	A
09	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	-	-1	A
10	-	--	-	-1	--	-	-1	--	-1	-	-1	-	-1	-	--	-1	A
11	+	-	-	-1	-	--	-1	-	-1	+	+1	+	+1	-	-	-1	M
12	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	+	+1	+	+1	-	+	+1	M
13	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	-	-1	A
14	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	-	-1	A
15	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	+	+1	A
16	-	-	-	-1	-	+	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	-	-1	A
17	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	-	-1	A
18	-	-	-	-1	-	+	-1	-	-1	+	+1	-	-1	-	-	-1	M
19	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	+	+1	-	-	-1	A
20	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	-	-1	A
21	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	+	+1	-	-	-1	A
22	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	+	+1	-	+	+1	M
23	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	+	+1	-	-	-1	A
24	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	-	-1	A
25	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	-	-1	A
26	-	-	-	-1	-	-	-1	-	-1	-	-1	-	-1	-	-	-1	A

Anexo 6
Tabulação de Competência Numérico

Suj.	V 1 1/2		V 2 3/4		V 3 5/6		V 4 7/8		V 5 9/10		V 6 11 /12		V 7 13 /14		V 8 15 /16		V 9 17 /18		V 10 19/ 20/ 21/ 22				Σ
1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	2	1	1	A
2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	A
3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	2	1	3	1	1	1	A
4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	2	1	1	1	1	1	A
5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	1	2	1	2	1	1	1	A
6	1	1	1	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	A
7	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	A
8	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	2	1	1	2	1	3	A
9	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	2	A
10	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1	A
11	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	A
12	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	A
13	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1	1	3	A
14	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	A
15	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1	1	1	1	1	2	1	3	1	1	3	M
16	2	2	3	3	2	2	1	3	1	2	2	2	2	3	2	3	2	3	2	3	2	3	M
17	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	A
18	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1	1	1	A
19	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1	1	3	3	2	1	1	1	A
20	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1	1	3	A
21	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	1	1	A
22	2	2	2	3	2	2	1	3	1	1	2	2	2	2	2	2	1	2	2	2	2	2	M
23	1	1	1	1	3	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1	1	2	1	2	1	2	1	M
24	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1	1	1	A
25	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	A
26	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	3	A

Anexo 7
Tabulação / Competência Genérico

